

Mulheres & Soberania Alimentar

Sementes de mundos possíveis





Mulheres & Soberania Alimentar

Sementes de mundos possíveis

Rio de Janeiro
2019

Mulheres e soberania alimentar: sementes de mundos possíveis. – Rio de Janeiro : Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019.
136 p.

ISBN 978-85-89366-50-2

1. Economia - Mulheres. 2. Soberania alimentar. 3. Segurança alimentar.
4. Justiça socioambiental. 5. Economia familiar. I. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS). II. Título.

CDD 301



Realização

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - Pacs
Rua Henrique Valadares, 23, sala 504 - Centro, Rio de Janeiro / Tel: +55 21 2210- 2124 / pacs@pacs.org.br / www.pacs.org.br

Coordenação Colegiada

Aline Alves de Lima
Manoela Justo
Marina Praça

Organização e Edição

Aline Alves de Lima
Ana Luisa Queiroz
Rafaela Silva Dornelas
Vanessa Schottz

Autorias

Aline Alves de Lima
Ana Luisa Queiroz
Camila Alvarenga
Emília Jomalini de Medeiros Silva
Inara do Nascimento Tavares
Liliam Telles
Luana de Brito
Rodica Weitzman
Sheyla Saori Yusuka
Vanessa Schottz

Texto de Apresentação

Bernardete Montesano

Epígrafe

Ana Santos

Revisão

Jun Shimada
Rafaela Silva Dornelas

Ilustração e Projeto Gráfico

Wandson Rocha

Diagramação

Thiago Ansel

Apoio

Fundação Rosa Luxemburgo

1ª edição
Brasil
2019

*A maternidade
Soa diferente para uma mãe solo
Para uma mãe preta, pobre, favelada
Já parou pra pensar?
Precisamos dar conta
E estar sempre pronta
Criar nossas crias
Cuidar do nosso lar.
Sem amparo, sem estrutura
E quem cuida de mim?...
Cuido da madame
Cuido dos seus filhos
Lavo, passo, aspiro, refaço
Sobe, desce, limpa, passa
Seca, seca
Nos mínimos detalhes
Cozindo os melhores pratos
Mas fico de lado...
Sonhando voltar a plantar
Sim, sou a última a comer
Sofro no silêncio
Mas sempre feliz
Pois as sobras que me restam
Que por um triz nesse trem cheio
Não azeda
Arrumo bonito no prato
Como se fosse o 1º pedaço
Pra deixar meu rebento feliz.*

Ana Santos
07/2019

Sumário

Apresentação	8
Bernardete Montesano	
Comida de verdade no campo e na cidade: Refletindo sobre direito humano à alimentação, mulheres e agroecologia	15
Vanessa Schottz	
Mulheres Invisíveis: Refletindo sobre direito humano à alimentação, mulheres e agroecologia	31
Aline Lima e Ana Luisa Queiroz	
Sistemas alimentares, soberania alimentar e a vida das mulheres: Elementos para o debate	42
Emilia Jomalinis de Medeiros Silva	
Terra, água e sementes: Do corpo território das mulheres indígenas a uma concepção de soberania alimentar	57
Inara do Nascimento Tavares	

Nossos passos vêm de longe: (Re)existir das
mulheres negras e seu trilhar de um caminho
para o bem viver 66

Luana de Brito

Mulheres do Vale do Ribeira (SP) semeando
agroecologia, segurança alimentar e nutricional 80

Liliam Telles

Vanessa Schottz

Camila Alvarenga

Sheyla Saori Yusuka

Mulheres protagonizando os trânsitos entre
a roça e a cidade: Trajetórias marcadas pela
renovação de práticas alimentares e agrícolas 100

Rodica Weitzman

As autoras 132

Apresentação

Bernardete Montesano

Diante da difícil tarefa de apresentar estes sete escritos de mulheres tão especiais para nós, lembrei-me de Madalena Freire, quando ela resumiu o ato da escrita: “Escrever com sangue, dor e prazer é falar do que corre em nossas veias”.

Escrever dói! É difícil, compromete mais que falar. Envolve disciplina, persistência, insistência e resistência. Escrevo isso para apresentar estes trabalhos que foram escritos com “sangue e dor”, por soberania e existências de mulheres.

Em 1996, a Via Campesina propôs o princípio de soberania

alimentar como alternativa à políticas neoliberais. Soberania alimentar é o direito dos povos de decidir sobre suas políticas de agricultura e produção de alimentos, incluindo a defesa de culturas alimentares, frente ao capitalismo, não deixando de produzir, trocar e consumir conforme seus costumes e culturas. Trata-se também da construção de relações entre homens e mulheres, em que o machismo e o autoritarismo masculino não prevaleçam e não reforcem a divisão sexual do trabalho, que tanto oprime historicamente mulheres do campo e da cidade.

A mão que escreve e a certeza da luta...

Vanessa traz o direito humano à alimentação adequada (DHAA), direito soberano de se alimentar, e a defesa da comida de verdade, desempenhada por mulheres. Seu texto fala de como a agroecologia vem sendo a esperança para resgatar nossa democracia.

A volta do Brasil ao Mapa da Fome, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o desmonte de políticas públicas e de controle social vêm na contramão de uma linha do tempo histórica, que Vanessa ilustra.

Documentos, políticas, planos, cartas políticas, conferências e foram um conjunto de caminhos trilhados, dando suporte às lutas, em que vários movimentos, instituições e pessoas contribuíram para que a comida de verdade pudesse chegar para todas as pessoas.

A cozinha é traduzida e exaltada como um lugar de autocuidado, resistência e autonomia.

Aline e Nalú trazem em seu texto a provocação de entender qual é a visibilidade do trabalho de mulheres para a garantia de soberania e segurança alimentar e nutricional. Para isso, descrevem o que fazem as mulheres com seu tempo, tendo as atividades domésticas, a produção de alimentos e seus processamentos, a vendas, lutas, o trato de questões familiares, a maternidade, a vida social dos filhos, como atividades de não

valor, naturalizadas, não reconhecidas, que roubam o tempo e energia das mulheres, sobrecarregadas.

Assim, as autoras registram no texto as vidas de duas mulheres. Cora e Carolina são visitadas para que seja desvelado o trabalho invisível movido por mulheres. As mulheres trabalham muito, mas os direitos são poucos. Mas, frente a esse cenário de condições adversas, as autoras fazem um contraponto e trazem caminhos trilhados por mulheres de resistência, conquistas da terra, resgate e preservação de conhecimentos e apontam: “Visibilizar o trabalho das mulheres é fundamental para garantirmos uma nova sociedade mais justa e igualitária e soberania alimentar”.

Emília traz em seu texto, como elemento para o debate sobre os sistemas alimentares, a soberania alimentar e a vida das mulheres. É na ideia de sistemas alimentares que respondemos várias questões e perguntas sobre escassez, acesso, fragilidades entre produção e consumo de alimentos.

A autora aponta que “a ideia de sistema alimentar abarca todos os elementos (ambientais, sociais, institucionais, de infraestrutura..) e atividades que se relacionam com a produção, o processamento, a distribuição, o preparo e o consumo de alimentos e os resultados dessas atividades”.

O texto também traz a dimensão política dos alimentos e a constatação de que sistemas alimentares podem promover ou não situações de justiça socioambiental. Mas um contraponto se estabelece na medida em que Emília provoca sobre “como

construir e fortalecer sistemas alimentares ambientalmente e socialmente sustentáveis trazendo como resposta a soberania alimentar”.

E, também contrapondo questiona: “E o que isso tem a ver com a vida das mulheres?” A conexão entre mulheres e soberania alimentar é evidenciada, constata-se que esses conhecimentos não são reconhecidos. No texto, são evidenciadas práticas que vêm rompendo com várias barreiras – como o patriarcado – para a construção de sistemas alimentares sustentáveis, e a cozinha é apontada como esse “espaço geográfico” onde há representações, diversidades e possibilidades de atuação das mulheres.

Inara relata uma marcha em curso para reafirmar o corpo e o espírito como território. Coube a essa autora, indígena do povo Sateré Mawê, trazer para este livro o registro da I Marcha das Mulheres Indígenas, um documento importante e um grito de afeto e verdade: “Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo, tem cura.”

Através dos elementos da vida: terra, água e sementes, a autora traz o entendimento sobre comida boa, saudável, que traz vida e não doenças.

Também há no texto uma provocação política importante: “Onde é produzida a comida que chega no seu prato?” Para os povos indígenas, a comida tem um dimensão espiritual, pois há uma trama da vida que une todos os elementos essenciais à vida. Saber como e de onde vem a comida que alimenta é um

fator determinante nas escolhas de alimentos que comemos.

Essa escrita é um clamor dos nossos povos e comunidades tradicionais, traduzido aqui em um relato de alerta e sabedoria de uma mulher, que fala pela mãe terra.

Luana, da Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar (Redessan), fala de passos sem grilhões, de (re)existir em um caminho a ser trilhado em rede por mulheres negras. A escrita da autora traz as tramas de uma rede que luta e reivindica a soberania e segurança alimentar e nutricional para a população negra.

Trata-se de uma reparação a incorporação da temática racial à construção de uma política de segurança alimentar e nutricional (SAN), reduzindo desigualdades e assegurando à população negra o direito humano à alimentação adequada.

A autora também relata a criação do Grupo de Trabalho Feminismos, Ancestralidades e Agroecologia, com o objetivo de visibilizar expressões do feminismo e resistências de mulheres negras e indígenas, refletindo também questões de agroecologia.

Lilian, Vanessa, Camila e Sheyla trazem um dos fazeres pedagógicos da agroecologia: a caderneta agroecológica. Uma ferramenta simples, que registra e organiza a produção das mulheres em quatro tipos de relação socioeconômica: consumo, doação, troca e venda.

Através do trabalho de assessoria das autoras, o texto pro-

duzido é a análise dos dados da pesquisa “Os quintais das mulheres e a caderneta agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e na regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste”, coordenado pelo Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação de Nacional de Agroecologia(ANA).

Vale ressaltar o contexto e a riqueza de uma experiência dialógica de assistência técnica e extensão rural feminista e agroecológica da Sempreviva Organização Feminista (SOF), que desenvolveu as cadernetas ecológicas como instrumento metodológico, colocando uma lupa no trabalho das mulheres.

Para isso, temos neste relato um retrato da produção agroecológica, com dados que apontam para a produção dos quintais das mulheres, garantindo segurança alimentar com uma contribuição das agriculturas para a economia familiar.

Rodica traz travessias migratórias e o alimento como elo na vida de mulheres de duas favelas cariocas e duas cidades do leste de Minas Gerais. Como a própria autora denomina, no “trânsito entre a roça e a cidade”, as vidas, os caminhos e as trajetórias são cunhados com memórias e novas práticas alimentares e agrícolas. Trata-se de um trabalho etnográfico da Rodica, por conta de sua formação em Antropologia e suas travessias por roças e cidades, circulando por várias área do conhecimento (gênero, feminismo, SAN, agroecologia e conflitos ambientais). A autora analisou os “fluxos de relações forjadas” e muitas vezes “refugiadas” entre a roça e a cidade, o rural e o urbano, o passado e o presente, trazendo vidas marcadas pelo trânsito. É seu estudo um recorte da migração, muito

comum da cidade do Rio de Janeiro, onde a agricultura urbana é povoada de pessoas de Minas, Espírito Santo e estados do Nordeste. Relataram-se aqui histórias contadas, revividas e reconstruídas “de tal forma que parecem estar dentro da gente”. Sábia d. Rosa, uma das entrevistadas pela autora, que define: “Plantar é uma forma de lembrar o passado”.

São mais que anúncios. As escritas dessas mulheres são pronunciamentos de lugares de falas e escritas.

Agradecimentos e reverências...

Boa leitura!

*Semear a terra, certo de colher,
da semente ao fruto, depois
descansar. Renascer cada dia com
a luz da manhã.*

Luis Guedes e Thomas Roth



Comida de verdade no campo e na cidade

Refletindo sobre direito humano à alimentação, mulheres e agroecologia

Vanessa Schottz

Comer é um ato político. Comida de verdade é aquela que reconhece o protagonismo da mulher, respeita os princípios da integralidade, universalidade e equidade. Não mata nem por veneno e nem por conflito. É aquela que erradica a fome e promove alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e paz entre os povos.

Manifesto da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à sociedade brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as conexões entre o direito humano à alimentação adequada (DHAA) e a agroecologia, especialmente no que concerne ao papel estratégico desempenhado pelas mulheres agricultoras na garantia e defesa da “comida de verdade”.

“Comida de verdade, no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar” foi o lema da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que reuniu em Brasília, no ano de 2015, mais de duas mil pessoas, dentre representantes das três esferas de governo e da sociedade civil. Ao colocar o debate sobre “comida de verdade” no centro da agenda política da conferência, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) buscou, por um lado, promover uma reflexão crítica sobre as injustiças e os graves problemas de ordem alimentar, social, ambiental e econômica gerados pelo sistema alimentar global.

Para Ploeg (2008), a atuação de um reduzido grupo de corporações transnacionais ligadas ao setor do agronegócio, da indústria de alimentos e das redes de supermercado configura verdadeiros impérios alimentares, caracterizados pelo avanço dos monocultivos sobre os territórios, pela dependência de insumos químicos, por uma intensa artificialização, padronização e controle dos processos que encadeiam as diferentes etapas do sistema alimentar.

Nessa perspectiva, a oferta crescente de produtos ultraprocessados, majoritariamente produzidos e distribuídos por grandes corporações, também desempenha um papel central

no sistema alimentar global. Ela promove a desconexão entre a produção e o consumo, tornando a comida uma mercadoria distanciada da sua origem e da sua identidade e comprometendo seriamente a soberania alimentar (Consea, 2015; Schottz, 2014).

No mundo criado e estruturado pelos impérios alimentares, tudo perde sua identidade. [...] Os alimentos estão se tornando uma espécie de “não-produtos”, cuja origem já não importa, nem tão pouco sua viagem ao longo do tempo e do espaço (Ploeg, 2008, p. 127).

Os produtos ultraprocessados são definidos pelo *Guia alimentar para a população brasileira*¹ (Brasil, 2014, p. 41) como “formulações industriais”, cujo processamento envolve diversas etapas e técnicas e a adição de substâncias de uso exclusivamente industrial. Caracterizam-se também pelo uso combinado de açúcar, gorduras, óleos e sal – em grandes quantidades –, que aumentam o tempo de validade dos produtos, além de torná-los mais saborosos (hipersabor), estimulando, assim, um consumo exagerado. Baseado em diversas evidências científicas² que associam os ultraprocessados com o consumo excessivo de calorias e o aumento da obesidade e

1 Fruto de um processo de ampla participação social, o Guia alimentar para a população brasileira passou a classificar os alimentos segundo o grau e a finalidade do processamento, tendo como base diversos estudos realizados no âmbito do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde Pública da Universidade de São Paulo (Nupens/USP). Após sua publicação, surgiram novas evidências científicas sobre os impactos negativos do consumo de alimentos ultraprocessados.

2 Para conhecer as referências, consultar Louzada et al. (2019).

do sobrepeso, o Guia alimentar recomenda que esses alimentos sejam evitados. Outros aspectos destacados pelo guia se referem aos potenciais impactos negativos na cultura alimentar – pela tendência a tornar a alimentação homogênea –, na vida social e no meio ambiente.

Por outro lado, o conceito de “comida de verdade”, construído coletivamente no decorrer do processo preparatório da 5ª Conferência, tem um enorme potencial dialógico e mobilizador da sociedade na defesa de um sistema alimentar justo, solidário, equitativo, saudável e sustentável.

Ao anunciar que a comida de verdade “é aquela que erradica a fome e promove alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e paz entre os povos”, o Manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Manifesto, 2015) busca reafirmar a alimentação enquanto um direito humano, em contraposição ao processo de “comodificação” dos alimentos e dos meios de produção (terra, água e sementes) que caracteriza o sistema alimentar global. O direito humano à alimentação adequada (DHAA), reconhecido no artigo 6º da Constituição Federal brasileira³, possui duas dimensões indivisíveis: o direito de estar livre da fome e o direito a alimentar-se de forma saudável e adequada às suas necessidades e cultura alimentar. Portanto, a realização plena do DHAA requer que sejam asseguradas as condições para que as pessoas não só estejam livres da fome, mas também tenham acesso à “comida de verdade”.

3 Esse reconhecimento data de 2010 e foi fruto de um intenso processo de mobilização social liderado pelo Consea.

Agroecologia: trilhando caminhos que levam à comida de verdade

Comida de verdade é produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes.

Manifesto comida de verdade

O manifesto da epígrafe consegue traduzir a riqueza e a complexidade do conceito de soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN), construído coletivamente no âmbito do Consea, ao explicitar que a salvaguarda da “comida de verdade” requer o enfretamento das dinâmicas desiguais e excludentes que alicerçam o sistema alimentar global e, ao mesmo tempo, a estruturação de sistemas alimentares mais justos, equitativos, sustentáveis e saudáveis. Para Dias et al. (2018), o manifesto também conseguiu expressar como as diferentes dimensões que compõem a SSAN se conectam e envolvem, portanto, um conjunto amplo de direitos, que vão desde o acesso à terra, ao território e às sementes até o respeito e a proteção às culturas alimentares, que abrangem múltiplas identidades, saberes, sabores e fazeres.

A defesa da Comida de Verdade nos possibilita conectar as diferentes dimensões da SSAN, ao afirmar que uma alimentação promotora de saúde e de direitos precisa ser diversificada, produzida em bases ambientais e sociais justas, livre de contaminantes, integrada às culturas alimentares e às tradições dos povos e populações e ser regionalmente contextualizada” (Dias et al., 2018, p. 34).

Nessa direção, as trilhas que levam à comida de verdade passam pela afirmação da agroecologia como eixo estratégico para o redesenho de sistemas alimentares pautados pelos princípios do DHAA e da soberania alimentar. Enquanto projeto político que se apresenta como alternativa ao sistema alimentar global, a agroecologia representa um novo paradigma técnico, científico e social, cujo enfoque sistêmico articula aspectos agrícolas, ecológicos, socioeconômicos e o diálogo de saberes.

Ao estabelecer uma estreita relação entre sociedade, natureza e cultura, orientada pela sustentabilidade da vida humana e dos ecossistemas, a agroecologia, em consonância com o princípio da soberania alimentar, promove um processo de ressignificação da comida, lançando luz sobre a interdependência entre os sistemas alimentares e os diferentes modos de viver, produzir e comer (Giordani et al., 2017). A carta política do IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado no ano de 2018 em Belo Horizonte, evidencia essa concepção:

Os sistemas alimentares que queremos são aqueles que produzem comida de verdade no campo e na cidade, que valorizam a agrobiodiversidade, os alimentos in natura e regionais, com o protagonismo das mulheres, o respeito à ancestra-

lidade negra, indígena e às tradições de todos os povos e comunidades tradicionais, além do resgate das identidades, memórias e culturas alimentares próprias da população brasileira. Comida de verdade não mata nem por veneno, nem por conflito. (ANA, 2018, p. 11).

Em 2014, o relator especial para o direito à alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU), Olivier De Shutter, apresentou ao Conselho de Direitos Humanos da ONU um relatório, no qual destacava a centralidade da agroecologia na transição para sistemas alimentares sustentáveis e na realização do DHAA no mundo. De Schutter (2014) destaca a maior capacidade de resiliência da agroecologia aos efeitos das mudanças climáticas e as melhores condições de vida e de SAN que propicia às famílias agricultoras. Sua argumentação está embasada em vários resultados de estudos e pesquisas compilados no relatório, bem como nas observações provenientes das diversas missões in loco realizadas por ele em diferentes partes do mundo ao longo de seis anos.

Cabe destacar que a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), publicada através do Decreto 7.272/2010, estabeleceu em sua segunda diretriz a “Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados, de base, agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos” (Brasil, 2010). Posteriormente, também fruto de um amplo processo de participação social, foi instituída em 2012 a Política Nacional de

Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo)⁴, com o objetivo de “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica [...] por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis” (Brasil, 2012).

A análise das diretrizes norteadoras e dos planos da Pnapo e da PNSAN⁵ evidencia as conexões mútuas entre as duas políticas, dentre as quais a promoção da equidade de gênero. Em ambos os casos, houve um intenso processo de articulação e mobilização dos movimentos de mulheres para incidir sobre essas agendas políticas⁶.

4 Para saber mais sobre o processo de construção e implementação da Pnapo, cf. Sambuichi et al. (2017).

5 Ainda que não seja o objetivo desse artigo, é importante ressaltar as drásticas mudanças no cenário político ocorridas desde o golpe que, em 2016, depôs a presidenta eleita Dilma Rousseff. Desde então, está em curso um acelerado processo de desconstrução de direitos sociais e trabalhistas que afeta diretamente as mulheres agricultoras, além de um verdadeiro desmantelamento das políticas públicas voltadas para a SAN, a agricultura familiar e a agroecologia. Após a eleição de Jair Bolsonaro, logo nos primeiros meses de 2019, o governo extinguiu o Consea e outros espaços importantes de participação social.

6 No artigo “Rompendo a inércia institucional: as mulheres rurais e a política nacional de agroecologia e produção orgânica”, Siliprandi (2017) resgata o processo de incidência política dos movimentos de mulheres rurais.

Mulheres construindo a agroecologia: contribuições para soberania e segurança alimentar e nutricional

No Brasil, pode-se afirmar que o reconhecimento da contribuição das mulheres para a construção da agroecologia e para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) é fruto de um longo e amplo processo de luta política. No artigo “Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil”, Moreira et al (2018) resgatam momentos importantes dessa trajetória. É possível observar que esforços foram e continuam sendo empregados tanto no âmbito teórico quanto no campo político.

Destaca-se, nesse contexto, o papel exercido pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), criado em 2004 como um espaço feminista voltado para a auto-organização das mulheres. Desde sua criação, o GT tem investido na articulação e na valorização de experiências agroecológicas desenvolvidas por mulheres nos diferentes biomas brasileiros, na incidência em políticas públicas e na formação política das mulheres a partir de metodologias de educação popular (EP).

O GT afirma que “o feminismo pelo qual levantamos nossos punhos e bandeiras é o feminismo popular, anticapitalista, antirracista, antiLGBT-fóbico!” (GT Mulheres, 2018). Ao se afirmarem enquanto feministas agroecológicas, as mulheres do GT reivindicam uma visão mais ampliada da agroecologia enquanto um projeto político de sociedade que se baseia em relações justas e equilibradas entre as pessoas e dessas com a

natureza, tendo também como horizonte o enfrentamento e a superação das situações de opressão e desigualdade vivenciadas pelas mulheres.

Para nós, mulheres feministas agroecológicas, a agroecologia tem sido um caminho coletivo de construção de uma filosofia de vida que, a partir de uma forma de pensar e fazer a agricultura, propõe relações justas, igualitárias e equilibradas entre as pessoas e dessas com o ambiente, orientando assim visões de mundo, ações cotidianas, atuações políticas e práticas produtivas, de consumo e da construção de novas relações sociais pautadas nos valores da ética, solidariedade, reciprocidade e princípios da precaução e responsabilidade. Com essa afirmação, recusamos uma visão cientificista e tecnicista, ainda muito presente no mundo acadêmico e na prática cotidiana de parte das organizações, que resume a agroecologia à transição do modelo de produção” (GT Mulheres, 2008)

Ao longo dos seus 15 anos de existência, o GT produziu diversos materiais – dentre folhetos, livros, artigos, cadernos, manifestos – que apresentam importantes reflexões sobre as conexões entre agroecologia, feminismo e SSAN, bem como críticas ao sistema alimentar global e suas graves repercussões sobre a vida das mulheres. Sem pretender dar conta de toda a riqueza e diversidade presente nesses materiais, nesta seção apresentamos uma breve síntese das principais questões relacionadas à SSAN⁷.

7 Em especial, utilizaremos como subsídio as experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres em diferentes contextos socioambientais que foram sistematizadas pelo GT entre 2009 e 2012.

As mulheres desempenham um papel extremamente importante em todas as etapas que constituem os sistemas alimentares, desde a produção e preparo até o consumo dos alimentos. Apesar da sua importância, elas estão submetidas a uma dinâmica extremamente perversa, uma vez que o sistema alimentar global também se estrutura na invisibilização, exploração e desvalorização do seu trabalho, tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva (Maronhas et al., 2014; Cardoso; Schottz, 2009; GT Mulheres, 2008). A economia feminista ilumina essa questão ao evidenciar e problematizar a existência de uma divisão sexual do trabalho, na qual são atribuídas às mulheres as atividades relacionadas à reprodução da vida, como o preparo dos alimentos e o cuidado com as crianças, enquanto aos homens são destinados os trabalhos considerados produtivos, que, em função da hierarquização, contam com maior reconhecimento social e valor monetário (Nobre, 2013).

Sobre essa questão, a “Carta política do Encontro Temático A Atuação das Mulheres na Construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, realizado em 2015 como etapa preparatória à V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), afirma:

É fundamental romper com a lógica predominante que considera somente o valor monetário e de mercado dos trabalhos e daquilo que se produz. Não é possível avançar na implementação da Política Nacional de SAN sem rever a concepção equivocada de que a participação feminina na produção é meramente complementar a do marido ou que as atividades desempenhadas pelas mulheres, em diversos espaços e con-

textos, como a amamentação e a produção de alimentos para o autoconsumo, não têm valor mensurável e, por isso, não merecem ser objeto de incentivos oficiais por meio de políticas públicas”. (Consea, 2015)

A partir das reflexões produzidas pelo GT (GT Mulheres, 2008; ActionAid Brasil, 2010; Cardoso; Schottz, 2009; Maronhas et al., 2014; GT Mulheres, 2018), tendo como base as experiências agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres em diferentes contextos socioambientais, é possível destacar algumas importantes contribuições para a SSAN. Um primeiro aspecto a ser evidenciado se refere ao forte envolvimento das mulheres agroecologistas com as lutas em defesa dos territórios, das sementes e nas ações de enfrentamento ao agronegócio e às grandes corporações que controlam o sistema alimentar global.

São as mulheres que, muitas vezes, iniciam a transição agroecológica, principalmente a partir dos seus quintais (hortas, pequenos animais, experimentação de variedade de sementes, plantas medicinais), tendo como principais motivações a preocupação com a saúde e a alimentação da família, a conservação da biodiversidade e a resistência ao agronegócio. Em diversos casos, as agricultoras relatam ter havido inicialmente resistência por parte dos maridos.

As experiências sistematizadas também indicaram que, em sua práxis agroecológica, as agricultoras rurais e urbanas: apresentam uma boa capacidade de observação e experimentação, resultando, inclusive, na domesticação de espécies; contribuem

para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade; e se dedicam ao agroextrativismo e à produção diversificada de alimentos, ao cultivo de plantas medicinais, à criação de pequenos animais, ao resgate de cultivos locais e à valorização de alimentos regionais. Além de expressarem um conjunto amplo de saberes acumulados sobre os ecossistemas, essas dinâmicas ressignificam a relação entre cultura, território e alimentação, indo, portanto, na contramão da lógica operada pelos impérios alimentares de tornar os alimentos em “não-produtos”.

As mulheres também estão envolvidas com o processamento e o preparo de alimentos destinados tanto para o autoconsumo da família quanto para a comercialização. Nessa perspectiva, é importante reconhecer que a cozinha também se constitui em um importante espaço de resistência das mulheres frente às iniciativas de mercantilização, padronização e desterritorialização da comida, à medida que resgata e preserva o nosso rico patrimônio alimentar, salvaguardando as memórias, os saberes e as identidades.

Todavia, ao mesmo tempo em que é fundamental reconhecer o papel estratégico das mulheres, é necessário denunciar que a ausência de compartilhamento dos trabalhos domésticos, incluindo o ato de cozinhar, resulta em enorme sobrecarga para elas (Nobre, 2015). Dessa forma, a luta pela SSAN passa necessariamente pelo enfrentamento dessa dinâmica perversa e pela desnaturalização do cozinhar como um “ato de amor” das mulheres, devendo ser compartilhado por todos enquanto um ato de autocuidado, resistência e autonomia.

Referências

ACTIONAID BRASIL; GT MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Mulheres e agroecologia. Sistematização de experiências de mulheres agricultoras. Rio de Janeiro: Farache, 2010.

ANA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Carta política do IV Encontro Nacional de Agroecologia. Belo Horizonte: 2018.

BRASIL. Casa Civil. Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

BRASIL. Casa Civil. Decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CARDOSO, E. M.; SCHOTTZ, V. Mulheres construindo a agroecologia no Brasil. Revista Agriculturas, v. 6, n. 4, 2009.

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Carta política do Encontro Temático A Atuação das Mulheres na Construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Porto Alegre: CONSEA, 2015.

DE SCHUTTER, O. The Transformative Potential of the Right to Food: Report of the Special Rapporteur on the Right to Food, Olivier De Schutter. Genebra: Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, 2014.

DIAS, J.; CHIFFOLEAU, M.; CINTRÃO, R. P.; CASEMIRO, J.; SCHOTTZ, V. Por normas sanitárias mais justas e inclusivas – em defesa da comida como patrimônio e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Revista Agriculturas, v. 14, n. 2, 2018, p. 33-39.

GIORDANI, R.; BEZERRA, I.; DOS ANJOS, M. de C. Semeando agroecologia e colhendo nutrição: Rumo ao bem e bom Comer. In: SAMBUICHI, R. H. R.

O.; MOURA, I. F. D. O.; MATTOS, L. M. D. O.; ÁVILA, M. L. D. O.; SPÍNOLA, P. A. C. O.; SILVA, A. P. M. D. O. (Orgs.). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

GT MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Mulheres construindo a agroecologia. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ANA, 2008.

GT MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Sem Feminismo não há Agroecologia!. Folheto impresso. Belo Horizonte: 2018.

LOUZADA, M. L. D. C.; CANELLA, D. S.; JAIME, P. C.; MONTEIRO, C. A. Alimentação e saúde: a fundamentação científica do guia alimentar para a população brasileira. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2019.

MANIFESTO da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar. 2015. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2017/06/copy2_of_Manifesto_comidadeverdade.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

MARONHAS, M.; SCHOTTZ, V.; CARDOSO, E. Agroecologia, trabalho e mulheres: Um olhar a partir da economia feminista. Anais do 18º Redor. Perspectivas feministas de gênero. Desafios no campo das militâncias e das práticas. Recife: UFPE, 2014.

MOREIRA, S. L.; FERREIRA, A. P.; SILIPRANDI, E. Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil In: SÁNCHEZ, G. Z.; CATAFORA-VARGAS, G.; SILIPRANDI, E. (Coords). Agroecología em Femenino. Reflexiones a partir de nuestras experiencias. La Paz: Socla; Clacso, 2018.

NOBRE, M. La perspectiva feminista sobre la soberania alimentaria. In: SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). En busca de la igualdad: textos para la acción feminista. São Paulo: SOF, 2013.

NOBRE, M. Uma visão feminista do cozinhar. Revista Ideias na Mesa, n. 6, 2015.

PLOEG, J. D. van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

SCHOTTZ, V. Em defesa da alimentação adequada e saudável. Revista Agrí-culturas, v. 11, n. 4, 2014.

SILIPRANDI, E. Rompendo a inércia institucional: As mulheres rurais e a política nacional de agroecologia e produção orgânica. In: SAMBUICHI, R. H. R. O.; MOURA, I. F. D. O.; MATTOS, L. M. D. O.; ÁVILA, M. L. D. O.; SPÍNOLA, P. A. C. O.; SILVA, A. P. M. D. O. (Orgs.). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.



Mulheres Invisíveis

Refletindo sobre direito humano à alimentação,
mulheres e agroecologia

Aline Lima e Ana Luisa Queiroz

O que é trabalho? Que horas o trabalho começa e termina? É a partir dessas perguntas que buscamos entender qual é a dimensão e a visibilidade do trabalho das mulheres para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional. Para nos ajudar na procura pelas respostas, vamos pedir licença e trazer um pouco da história de duas mulheres, duas

agricultoras que apelidaremos carinhosamente neste artigo de Carolina e Cora. Buscamos tratar de como a manutenção das casas, dos quintais, a produção e o processamento dos alimentos são parte do trabalho das mulheres, aumentam a segurança alimentar e nutricional e garantem a soberania alimentar de suas famílias.

Tanto na cidade quanto no campo, as mulheres têm sido entendidas como atrizes de papéis coadjuvantes nos espaços produtivos, na vida pública e política. O entendimento de que o trabalho das mulheres está no campo da colaboração, da ajuda e da não produção de valor reforça relações simbólica e materialmente desiguais. Ao mesmo tempo em que constituem a categoria mais pobre do mundo, as mulheres possuem grande protagonismo na minimização dos impactos da pobreza em suas famílias e na ampliação de relações sociais e de trabalho mais iguais (Nandi, 2014).

O que fazem as mulheres com o seu tempo? Acordar, limpar, banhar, vestir, alimentar são verbos comuns da lida diária das mulheres em relação a elas, suas crias e seus parceiros – como Cora, mulher casada e mãe de duas crianças. Cora acorda às 4h15 da manhã. Às 4h30 faz o café e vai para o quintal cuidar dos bichos e coletar os ovos que serão consumidos pela família. São trinta ao todo que ela limpa e alimenta: dez porcos, dez galinhas e dez codornas. Às 5h40 ela segue para a rega das plantas, diz que tem que ser antes do sol nascer, porque senão queima as folhas. Depois de aguar tudo, limpa a roça e colhe o que vai precisar para a comida do dia. Cora cuida do seu quintal, que tem mais de 43 espécies de plantas, das quais vinte são frutíferas. É com o que recebe do seu trabalho no quintal que ela alimenta sua família, entre as plantas e bichos. Cora garante alimentação saudável para os seus através desse trabalho.

Mas não é só do cuidado com o quintal que sua rotina se desenrola. Às sete horas da manhã, Cora acorda as crianças,

dá banho, veste, alimenta e leva para a escola. Volta para casa e começa os preparos do almoço. Às nove horas, pega lenha para o fogão e, enquanto ele acende, ela começa a limpar a casa. O almoço fica pronto pontualmente ao meio-dia, hora em que as crianças chegam da escola cheias de fome e seu marido também.

A tarde chega e Cora começa sua terceira escala de trabalho. Lavar a roupa, limpar o banheiro, trocar a roupa de cama, ajudar os meninos com a tarefa de casa e voltar para o seu quintal, onde separa algumas coisas pra trocar com suas vizinhas ou doar para quem não tem. Com o tempo que sobra antes de fazer o jantar, ela cuida de suas plantas medicinais. Cora é famosa em sua região por ser grande conhecedora das ervas e do seu poder. Tem receitas para curar tensão pré-menstrual, depressão, bexiga arriada e resguardo de mulher. “É uma médica do povo”, como a chamam as mais chegadas. Quando volta para fazer o jantar, já nem lembra se almoçou. Ela só janta depois que todos da casa já comeram, seus filhos estão dormindo e a cozinha está arrumada. Depois de um dia sem intervalos no trabalho, Cora se deita às 23 horas, quando todos já se recolheram.

A manutenção da casa, dos quintais e da família soma grande – muitas vezes a maior – parte do tempo gasto pelas mulheres em suas rotinas, mas inclui tarefas tradicionalmente entendidas como naturais às suas existências. Ainda em um contexto em que essa naturalização é revista, o que observamos geralmente é a falta de engajamento dos homens para dedicar seu tempo ao que é doméstico.

Sob a ótica do cuidado, é nos caldeirões das mulheres e através de suas mãos que elas transformam o cru em cozido, processando os alimentos que tornam a vida possível. O que observamos é que a invisibilização desse fazer como um trabalho se estende para outros espaços, para os outros tempos gastos pelas mulheres, como a produção de alimentos.

É usual que o trabalho das mulheres agricultoras seja entendido como ajuda aos seus maridos, e não como trabalho. A própria ideia de que são agricultoras não é um ponto consensual, mas, pelo contrário, tem sido objeto de disputa. No caso de Cora, quando perguntam à sua família o que fazem, seu marido se apresenta como agricultor e ela como alguém que não trabalha. Nesse sentido, o estado civil é um elemento que pode interferir negativa ou positivamente no reconhecimento do trabalho das mulheres. As mulheres solteiras se entendem mais como trabalhadoras rurais e agricultoras do que as mulheres casadas (Melo, 2014).

Nos casos em que o trabalho doméstico feito pelas mulheres é reconhecido ou visibilizado, ele está inserido de forma preterida em uma hierarquia laboral relativa, construída culturalmente e reproduzida entre gerações. Ou seja, dentro de cada contexto, o trabalho feito pelas mulheres pode ou não ser reconhecido e até valorizado, mas ainda assim será desconsiderado quando em comparação com o trabalho dos homens de sua casa.

Um bom exemplo trazido por Paulilo (1987) se dá na análise da divisão do trabalho entre as categorias de “leve” e “pesa-

do”, sendo o primeiro aquele que costumeiramente pode ser executado por mulheres e crianças, associado a menores remunerações. O que essa hierarquização acaba por esconder é que o trabalho tido como leve não dispensa esforço, energia e tempo, mas, pelo contrário, é cansativo e pode infringir danos à saúde tal qual o trabalho identificado como pesado (Paulilo, 1987).

Se, por um lado, o que diferencia essas classificações do trabalho não é sua capacidade de esgotamento ou o esforço daqueles e daquelas que o fazem na prática, por outro, é possível dizer que tal classificação constrói funções sociais distintas para os sujeitos que as praticam. Identificar o trabalho feminino como um trabalho leve e natural à mulher é atribuir a esse sujeito uma função social com limitações na sociedade. À diferença do trabalho, a ajuda e o cuidado não são meios de reconhecimento social (Biase, 2007).

A invisibilidade do trabalho das mulheres possui efeitos que tocam em sua saúde e aprofundam desigualdades de poder e de acesso a recursos. Quando começa sua jornada de trabalho e quando ela termina? A difícil equação entre cuidado e trabalho, entre o doméstico e o público, trazem desafios para a demarcação de quando o trabalho da mulher começa e acaba.

Frente ao modelo capitalista, racista e patriarcal de desenvolvimento, a força de trabalho masculina também é alvo de exploração. Os trabalhadores enfrentam grandes jornadas de trabalho e estão constantemente expostos a condições degradantes, relações precárias e à exaustão. No entanto, ao re-

tornarem à casa, encontram a possibilidade do descanso, de serem sujeitos de cuidado. Com o não reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, o tempo das mulheres, sujeitas do cuidar, é elástico. Ele se estica e retrai, em uma balança delicada e complexa de equilíbrio dos afazeres que não tem medida. O tempo das mulheres é o tempo do trabalho.

Quando fazemos essa reflexão sobre os espaços de poder e de tomada de decisão, os efeitos da invisibilidade perseveram. A mulher, deslegitimada em sua produção e em seu trabalho reprodutivo, é constantemente privada das ações de poder dentro e fora de casa. Em sua maioria, os recursos financeiros familiares ficam concentrados sob responsabilidade dos homens, que regulam o seu destino. Uma das consequências gerais dessa dinâmica, que inclusive influenciou o direcionamento preferencial de políticas como o Bolsa Família às mulheres, é de que os homens gastam menos com a manutenção da casa. Ou seja, em sua maioria, a renda familiar sob gerência das mulheres tem maior retorno para a família do que sob gerência dos homens. A produção silenciosa feita por mulheres agricultoras como Carolina não só é uma arma valiosa na luta contra a fome dentro de suas casas, mas também movimentava uma economia fora dos moldes do capitalismo como o conhecemos hoje.

Carolina é uma mulher nordestina que veio pro Rio de Janeiro menina fazer a vida. Pariu filhos, acolheu outros, teve netos e criou bichos, mas era na cozinha de sua casa e de outras pessoas seu principal lugar de alegria e aprendizado. Conta que, quando começa a mexer nos alimentos e nas panelas, se

transforma em outra coisa para além do que é no dia a dia, e ela gosta dessa transformação. Para tocar a vida, Carolina se dividiu entre o trabalho de doméstica na casa de outras pessoas e a agricultura familiar. Sua relação com a cozinha está diretamente ligada ao fato de plantar em seu quintal. Ela vem de um lugar onde se comia o que se plantava, e o que sobrava se trocava ou dava para os vizinhos. Disse que se vivia muito bem e nada faltava. Carolina é de outro lugar, de outro tempo.

Carolina é viúva, mãe de seus filhos de leite e de seus filhos de coração, como ela mesma chama. Trabalhou como empregada doméstica cuidando da casa e de filhos de pessoas com mais dinheiro que ela. Depois de uma jornada de dez horas de trabalho, ela ainda cuidava de seus filhos. Casa, comida, dever de escola, bicho e quintal. E, quando tinha alguém doente, ela tinha que dar conta também. Além de cuidadora de todas as pessoas que moram em sua casa, Carolina tem a maior renda de sua família. Acumula jornadas na casa de seus empregadores, em sua própria casa e na roça de onde tira boa parte do sustento de sua família. Com o tempo, pegou gosto pelo cultivo, passou a colher excedentes e chegou a montar uma banquinha na porta de sua casa, onde comercializava vegetais a preços bem mais baixos que a venda da esquina. O dinheiro que vinha dos produtos que vendia ia direto para somar com a renda da casa, pagava remédio, uniforme dos filhos, merenda, passagem de ônibus.

Mas para além da pequena venda, o que Carolina mais faz com sua produção excedente é trocar com suas vizinhas pelo que não cultiva. Produtos de limpeza e alimentos produzidos

por outras mulheres em seus terreiros e quintais. Esses produtos eram itens de que ela precisava e que não produzia: feijão, arroz, milho. Se não fossem essas trocas de vizinhança, provavelmente sairia dinheiro do seu salário para comprar os mesmos produtos. Essas mulheres movimentam uma economia que não é financeirizada, uma economia de trocas em que não se utiliza dinheiro, e invisível por não ser contabilizada pelo sistema do lucro.

Olhar para a economia invisível movida pelo trabalho de Carolina e suas vizinhas é falar sobre a qualidade de vida produzida por pessoas que não encontram os estímulos necessários para seguir relações que fogem à exploração do capital. Para além dos efeitos que geram em suas experiências de vida, na valorização de sua produção na família e em suas comunidades, a invisibilidade do trabalho das mulheres como Carolina e Cora tem efeitos severos. Um exemplo que diz respeito às agricultoras é a dificuldade de acesso a linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Uma análise sobre a eficácia de políticas públicas envolve a compreensão de quais públicos ela atinge e de como os atinge. Ao não serem reconhecidas como agricultoras, as mulheres têm mais dificuldade de obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é familiar e cuja titularidade vai majoritariamente para o homem da casa (Cruz et al., 2017.).

Seja através de políticas públicas, seja em função dos costumes – ou ambos –, a invisibilidade do trabalho das mulheres afeta diretamente não só a soberania alimentar, mas principalmente a segurança alimentar e nutricional. A invisibilização da

produção dos alimentos nas janelas, nos quintais e nos terreiros, de seu preparo, sua partilha e sua troca com a família e a vizinhança pelas mulheres agricultoras urbanas e rurais oculta o valor desses trabalhos para a garantia da segurança alimentar e nutricional.

Falar de soberania alimentar requer mais do que um debate sobre escala de produção, ou ainda sobre seu volume. É preciso definir e defender a soberania que queremos. O contexto político brasileiro é de desmonte das políticas de segurança e incentivo à agricultura familiar e de submissão ao agronegócio. A liberação do uso de agrotóxicos em volume sem precedentes, somada aos desmontes de políticas mínimas de distribuição de renda e da legislação trabalhista, estão expondo a população brasileira a altos níveis de vulnerabilidade social. Depois de sua saída em 2014, o Brasil está caminhando a passos largos em direção ao mapa da fome novamente. Esse cenário nos convoca a refletir sobre o que chamamos de soberania alimentar e pela defesa de que comida de verdade é comida sem veneno.

Frente a condições adversas, as mulheres têm trilhado caminhos de resistência, permeando as brechas e a terra, resgatando antigos conhecimentos e construindo autonomia (Nandi, 2014). Através da produção em pequena escala, dedicada à família e às trocas com a vizinhança, as mulheres agricultoras têm enfrentado a ampliação do agronegócio, seus venenos e transgênicos, tendo por base a preservação de saberes tradicionais, trabalhando como guardiãs de sementes.

Quando tiramos da mesa o debate sobre gênero, ocultamos não só o papel fundamental das mulheres na garantia da segurança alimentar e nutricional, como escondemos também a vulnerabilidade à qual estão expostas. São as mesmas mulheres que matam a fome de suas famílias, que se deixam em último lugar nas refeições comendo o que sobra, na quantidade e qualidade que sobra. Não é incomum encontrarmos relatos de mulheres como Carolina e Cora que reservam exclusivamente aos seus maridos, os “fazedores do trabalho pesado”, a proteína animal existente em casa.

Em uma sociedade marcada pela construção ideológica do capitalismo, do racismo e do patriarcado, na qual os bens materiais e a busca pelo lucro valem mais que a vida humana, o não reconhecido e não pago trabalho reprodutivo é uma trincheira de manutenção da vida. Para isso, o aumento e fortalecimento dos espaços auto-organizados por mulheres, dentro e fora de coletivos mistos, tem sido uma importante ferramenta de reflexão e transformação dos espaços, de enfrentamento das desigualdades e de construção de territórios mais livres no que diz respeito às questões de gênero e de raça. Visibilizar o trabalho das mulheres é fundamental para garantir uma nova sociedade mais justa e igualitária e para a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Referências

BIASE, L. de. A condição feminina na agricultura e a viabilidade da agroecologia. *Agrária*, n. 7, 2007, p. 4-36.

CRUZ, R. B. da; RODRIGUES, M. de F. F.; COSTA, N. S. da; LIMA, C. S. Estudo sobre a visibilidade e as políticas públicas para mulher no território Zona da Mata Sul. 2017. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/gestar/contents/documentos/publicacoes/artigos/artigo-cinestar-1.pdf/@@download/file/artigo-CINESTAR.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

MELO, J. C. de. Trabalho, relações de gênero e segurança alimentar e nutricional: o caso do acampamento Margarida Alves – Moreno/PE. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

NANDI, A. As (in)visibilidades das mulheres no meio rural contemporâneo: o caso das agricultoras familiares de Rolante (RS). *Anais do XII Encontro Estadual de História*. São Leopoldo: ANPUH-RS, 2014.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. In: *Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, 1987. Disponível em: <<https://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2019.



Sistemas alimentares, soberania alimentar e a vida das mulheres

Elementos para o debate

Emília Jomalinis de Medeiros Silva

São diversas as portas de entrada para pensar e falar dos alimentos, da alimentação e da comida. Afinal, a forma como nos alimentamos, produzimos e preparamos os alimentos carrega forte bagagem cultural. Alimentos são mais do que uma simples combinação de componentes nutricionais; possuem aspectos-chave, como o prazer, a sociabilidade, a identidade e a cultura. A “alimentação é mais que a ingestão de nutrientes”,

como afirma o Guia alimentar para a população Brasileira, do Ministério da Saúde (Brasil, 2014, p. 15). Nas religiões afro-brasileiras, por exemplo, as práticas religiosas são todas baseadas em alimentos que possuem dimensão sagrada. A “comida de santo” é oferenda para Orixás e, quando partilhada entre os terrenos, possibilita que se compartilhe o axé, força vital que vem das divindades do Orum, o mundo espiritual.

É possível também compreender os alimentos e a alimentação em sua dimensão política e econômica. No Brasil, foi também pelos tabuleiros de tantas baianas que o povo preto conseguiu libertação. Desde então, falar de comida já era falar de política. Sob esse aspecto, destacamos a importância de compreender a agricultura e a alimentação como processos relacionados às dinâmicas de desenvolvimento do capitalismo como modelo hegemônico e dominante nas sociedades contemporâneas.

Neste nosso Brasil de origem escravocrata, colonial, patriarcal e de grandes diferenças regionais, a fome e as diferentes formas de provisionamento de alimentos marcam a história. Na obra *Geografia da fome*, de Josué de Castro (2005), a fome ganha marcadamente status de problema estrutural, social e político, muito mais do que um problema contingencial. Hoje, em um mundo onde a fome afeta mais de oitocentos milhões de pessoas segundo dados da ONU, infelizmente é comum pensarmos sobre comida e alimentos a partir da escassez. Surpreende, inclusive, como, mesmo sendo a fome um problema da agenda internacional há pelo menos cerca de setenta anos, ainda haja tantas pessoas nesta condição. Para complexificar esse cenário, há os alarmantes e crescentes índices de sobrepeso e obesidade, muitas vezes também combinados com o quadro de subnutrição – problema que vem aumentando de forma expressiva tanto no Brasil como em outros países. Para o caso brasileiro, a fome, embora parecesse se tornar um problema do passado, tem retornado nos últimos anos de forma significativa, enquanto o excesso de peso acomete um

em cada dois adultos e uma em cada três crianças brasileiras. Afinal, as supostas promessas contidas no modelo agrário e agrícola de concentração de terras para produção em larga escala sob bases altamente tecnificadas e concentradas em alguns grãos básicos não foram alcançadas.

Por que a fome permanece, mesmo havendo por diversas vezes recordes de safra pelo mundo afora? Em maio de 2018, o Brasil foi tomado por uma crise de abastecimento em meio a um contexto de instabilidade econômica e política. Motivados pela alta no valor do óleo diesel, milhares de caminhoneiros interromperam seus serviços e realizaram protestos em rodovias nacionais. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a segunda maior do Brasil, registraram-se bens alimentícios como batata, laranja e limão dentre os que faltaram para a população. A escassez, por sua vez, levou à alta dos preços, deixando em evidência a fragilidade da conexão entre produção e consumo, especialmente nas grandes regiões metropolitanas do país, que apresentam os maiores índices populacionais. O episódio despertou a ampla massa da população para uma indagação extremamente necessária: de onde vem e como é produzido o alimento que cada um e uma de nós consome? Afinal, como os alimentos são produzidos, processados, distribuídos, adquiridos, preparados e, por fim, consumidos? Que caminhos seus diversos componentes percorreram até chegar ao consumo? Que atores e processos estão envolvidos nessa equação produção, comercialização e consumo? Que relações de poder estão envolvidas nisso tudo?

Denominamos esse “isso tudo” de sistema, ou melhor, siste-

mas alimentares. Analisar “isso tudo” de uma forma integrada tem potencialidades, mas também desafios. A potencialidade é assumir que esses processos estão interligados, são fluxos que possuem uma relação de interdependência: o que comemos depende de uma diversidade de fatores que não se limitam a nosso ato de escolha individual enquanto consumidores. O fator preço, a disponibilidade do produto para ser comprado, a dimensão do desejo – o que estamos com vontade de comer – e o tempo que temos tanto para comer como para preparar o alimento são alguns dos muitos aspectos. Ao mesmo tempo, o que e como se produz também envolve outra diversidade de elementos: você já parou para pensar a quanto um pé de alface sai da porta de um sítio? Ou mesmo como e do que é feito aquele biscoito amanteigado que se compra com uma única moeda de um real? E se eu te disser que no Brasil, a cada ano, desde há muito tempo, diminuem as lavouras de arroz e feijão enquanto crescem as de soja e milho?

A ideia de sistema – ou melhor, sistemas alimentares – nos ajuda a responder essas perguntas, pois abarca todos os elementos (ambientais, sociais, institucionais, de infraestrutura etc.) e atividades que se relacionam com a produção, o processamento, a distribuição, o preparo e o consumo de alimentos, bem como seus resultados socioeconômicos e ambientais. Os sistemas alimentares possuem relação direta com as escolhas e práticas alimentares das pessoas. Por isso, precisamos falar dos atuais sistemas alimentares, lutando para que se tornem mais saudáveis e sustentáveis, já que temos diversos diagnósticos críticos acerca da alimentação da população mundial e da-

dos relevantes que mostram o quanto o sistema dominante é um dos fatores que mais contribui para a insustentabilidade do planeta. Não adianta pensar o consumo se não compreendemos a produção. Tampouco adianta pensar a produção do alimento sem levar em consideração todo o processo produtivo dos componentes necessários para a realização da produção desse alimento. Em meio a tantos fluxos interdependentes, uma coisa sabemos: são diversos os produtos que podem ser encontrados em prateleiras de distintos supermercados, ainda que esses supermercados estejam a quilômetros e quilômetros de distância um do outro. No geral, esses produtos têm como base as matérias-primas produzidas em larga escala de maneira insustentável, tanto do ponto de vista social como ambiental, e têm contribuído para uma dieta rica em energia mas pobre em nutrientes. Você já parou para se perguntar o porquê disso?

As grandes corporações do sistema agroalimentar

Na atualidade, é muito difícil pensar sobre alimentos e alimentação sem considerar o papel relevante que ocupam as grandes corporações nas diversas etapas do sistema alimentar. Atualmente um reduzido número de corporações controla etapas fundamentais das cadeias agroalimentares, fazendo com que a alimentação seja o vetor que possibilita que grandes fortunas se avolumem. De maneira geral, a forma corporação ganhou destaque em diversas etapas desse sistema agroalimentar, em especial a partir dos anos 1970. Não à toa, é esta

a década que aparece em inúmeras literaturas e abordagens teóricas no campo da política e da economia como um marco de transição na economia e na política mundiais no sentido de uma economia neoliberal.

Os alimentos, a indústria da alimentação e as práticas alimentares e culinárias são tema de um número considerável de trabalhos literários, jornalísticos e documentais. Alguns dos títulos mais conhecidos são o livro e documentário *O mundo segundo a Monsanto*, o documentário *Walmart: o alto preço do baixo custo*, que apresenta graves denúncias trabalhistas e ambientais da maior rede varejista dos Estados Unidos, e a série *Rotten*, que fala de bastidores da indústria da alimentação. Na famosa plataforma Netflix, há pelo menos dez documentários relacionados a esse campo. Muitas dessas obras jogam luz à dimensão política dos alimentos, no sentido de enfatizar interesses, ideias, disputas, conflitos e tensões entre atores, mostrando haver uma apropriação política dos alimentos. Marinon Nestle, por exemplo, é uma importante autora que tem se dedicado a estudar e denunciar as práticas de lobby de empresas da alimentação no sentido de construir aportes legais em benefícios próprio e de determinadas commodities agrícolas. Isso que acaba por impactar escolhas e práticas alimentares das populações. Todos esses trabalhos têm em comum enfatizar como esse modelo cada vez mais concentrador beneficia essas grandes corporações e limita nossas escolhas e práticas alimentares.

Consideramos que, a depender das suas características predominantes, os sistemas alimentares podem promover ou não

situações de justiça socioambiental. Os sistemas dominantes infelizmente não são saudáveis para a vida humana, tampouco sustentáveis. No recente trabalho *O atlas do agronegócio* (Santos; Glass, 2018), elaborado pelas fundações Heinrich Böll e Rosa Luxemburgo, são apresentados dados sobre essas corporações que controlam o que comemos. Elas atuam tanto no mercado financeiro, de investimentos e de tecnologia de informação quanto no de sementes, maquinário, terra, fertilizantes e agrotóxicos. Algumas das principais fusões mais recentes foram da Bayer com a Monsanto e da Dow com a Dupont – empresas que atuam sobretudo no ramo dos agrotóxicos e sementes –, da Heinz com a Kraft e da AB InBev com a SAB-Miller – empresas do ramo de alimentos e bebidas.

No Brasil, a classificação dos alimentos a partir do seu grau de processamento é um marco para pensar a comida e os atores por trás de cada embalagem, enfatizando o papel e peso das corporações nas dietas contemporâneas. Trata-se de formas de produzir marcadas pela concentração fundiária, pelo uso intensivo de mecanização – e, conseqüentemente, energias não renováveis –, de água e insumos químicos – como fertilizantes e agrotóxicos –, bem como de sementes tecnificadas e transgênicas. Ao final dessa equação, temos grandes redes de distribuição – que também se espraiam pelo mundo todo – com forte poder de negociação de preços. Em meio a esse sistema homogeneizado – no qual, quanto mais fusões, maior o poder econômico e político das empresas –, resistem sistemas alimentares baseados na agricultura familiar e camponesa, de bases tradicionais, cujo potencial de manejo ecológico

dos bens naturais é muito maior do que os monocultivos das culturas básicas, que outros trabalhos aqui abordarão, mas aos quais também dedicamos as seguintes reflexões.

Como construir e fortalecer sistemas alimentares ambientalmente e socialmente sustentáveis?

Nunca antes na história a produção e a comercialização de alimentos estiveram tão concentradas sob o controle de tão poucas e gigantescas empresas, na sua maioria internacionais. Negociam aqui e retornam com os lucros para seus países de origem enquanto nos distanciam das culturas alimentares locais, numa verdadeira lógica colonizadora do comer. Nunca antes na história a cultura alimentar dos povos esteve tão padronizada e baseada em tão poucos tipos de alimentos. Em meio a tantas monoculturas – no campo, na mente e no prato –, falar de soberania alimentar se tornou uma tarefa urgente. Mas, afinal, o que entendemos por soberania alimentar?

A soberania alimentar é um conceito construído desde a luta popular e dos movimentos sociais como contraponto a uma visão neoliberal da vida e da produção e consumo de alimentos. Ela significa solidariedade, não competição. Significa também garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local, bem como garantir os recursos e as condições técnicas necessárias para alcançar a condição de produzir todos os alimentos básicos de que um povo necessite em seu próprio território.

O conceito de soberania alimentar se refere ao direito e à autonomia dos povos e nações de defender sua cultura alimentar e decidir sobre as formas de produção, distribuição e consumo de alimentos. Significa também o respeito às culturas e à diversidade dos modos de vida e produção dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. A ideia de soberania alimentar também foi defendida na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2007, como a realização de um direito humano básico, com a garantia do acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, considerando e adaptando, quando necessário, o referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), às dimensões de gênero, raça e etnia e a formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados.

E qual é a diferença entre segurança e soberania alimentar? É importante fazer essa distinção. A ideia de segurança alimentar surge nos anos 1950 e era usada explicitamente nas políticas públicas com ênfase na produção de alimentos, sem considerar questões que para nós importam demais, como a cultura alimentar dos povos, a origem e a qualidade dos produtos. Durante muitos anos, sob essa bandeira, os EUA desenvolveram política ditas de ajuda internacional que, no final das contas, reforçaram desigualdades de poder entre os Estados e

contribuíram demais para mudanças nos hábitos alimentares. O tanto de farinhas e açúcares que comemos hoje tem muito a ver com essa história! Mas é sempre importante dizer que, para o caso brasileiro, houve uma apropriação/construção social da ideia de segurança. E essa noção foi amplamente mobilizadora de todo o processo de luta e organização contra a fome nos anos 1990, que nos faz hoje desembocar da ideia de soberania. Nossa legislação em defesa da segurança alimentar e nutricional (SAN), aprovada em 2006, a define como a ampliação da produção da agricultura tradicional e familiar; a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; o estímulo a práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população; e a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do país. Ela se encontra, porém, em risco de mudança pelo governo atual.

A soberania alimentar é uma bandeira política que tem como traço fundamental a indissociabilidade de diversos elementos. Não existe soberania alimentar sem: reforma agrária, direitos territoriais e de gestão dos bens da natureza, direito aos territórios tradicionais pesqueiros, garantia do acesso à terra e aos demais meios de produção; acesso à água limpa e livre de contaminações e em quantidade suficiente para o con-

sumo humano e para a produção de alimentos; adoção de um modelo sustentável, solidário e justo de produção e consumo de alimentos de base agroecológica; acesso de todas e todos a uma alimentação adequada e saudável livre de contaminações biológicas, químicas e genéticas, como microrganismos, agrotóxicos e transgênicos; fortalecimento da agricultura familiar e de mercados locais, garantindo o abastecimento de alimentos também por meio de compras públicas; acesso aos serviços de saúde e nutrição; políticas de geração de emprego e renda; adoção de políticas de comércio internacional que não submetam a soberania alimentar aos interesses econômicos do livre comércio; ações voltadas para o empoderamento e autonomia econômica das mulheres, uma vez que é sobre elas que recaem as responsabilidades pela busca e o preparo dos alimentos, procura e transporte de água em locais de escassez, e é sobre elas que a insegurança alimentar e nutricional se manifesta com maior frequência.

E o que isso tem a ver com a vida das mulheres?

Não é difícil de imaginar o quanto essas questões impactam a vida das mulheres, não é mesmo? Noutra obra da literatura brasileira, escrita na década seguinte, há registros detalhados da carestia de alimentos vivida sobretudo pela população pobre e negra. Em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, Carolina Maria de Jesus (2014, p. 29) afirma: “É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la”, e também “Como é horrível ver um filho comer e perguntar: ‘Tem mais?’”. Esta palavra ‘tem

mais' fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais" (Jesus, 2014, p. 38). Carolina nos chamava a atenção para uma questão social que é a espinha dorsal deste trabalho: afinal, por que falamos de segurança e soberania alimentar sob o recorte específico das mulheres?

São múltiplas as respostas para essa questão. Por conta da estrutura patriarcal e da conseqüente injusta divisão do trabalho do cuidado entre homens e mulheres, são essas últimas as principais responsáveis pelas tarefas ligadas à reprodução da vida e, logo, também pela garantia dos alimentos e preparação das refeições da família. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2018) comprovam que a participação das mulheres em tarefas domiciliares é substancialmente maior que a dos homens, tanto nos afazeres domésticos quanto na categoria cuidados: auxiliar nos "cuidados pessoais", "ler, jogar ou brincar", até "transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque". A proporção de mulheres que realizam atividades de cuidados é superior à dos homens: 40% das mulheres destinam seu tempo a essas atividades. Segundo dados de 2018, a média de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerados é de 21,3 para mulheres e apenas 10,9 para os homens.

Ainda segundo o Ipea, O número de mulheres agricultoras também supera o dos homens ao redor do mundo. Pensando igualmente de forma sistêmica, tudo o que foi aqui exposto tem relação direta com a vida e o trabalho das mulheres. No Brasil e no mundo, as mulheres têm um papel-chave na construção de sistemas alimentares distintos do dominante, orien-

tados para a realização da segurança e da soberania alimentar das populações. Possuem saberes, conhecimentos e práticas agrícolas. Ao mesmo tempo, são as mulheres que, dentro do modelo social do capitalismo, assumem a realização do trabalho do cuidado, do qual a alimentação das famílias é parte importante. E, não raro, os ônus do sistema alimentar hegemônico recaem sobre as mulheres: o percentual de mulheres com obesidade é maior que o de homens. E, como expressão perversa do patriarcado, são as mulheres as culpabilizadas pelos índices crescentes de obesidade infantil. Como nos sugere Silvia Federici no trabalho *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*:

As mulheres produzem a maior parte dos alimentos consumidos pela família (direta ou estendida) ou vendidos em mercados locais, especialmente na África e na Ásia, onde vive a maioria da população mundial. A agricultura de subsistência é difícil de mensurar, porque costuma ser um trabalho não remunerado e, muitas vezes, não é feita em fazendas normais. Ademais, muitas das mulheres que a realizam não a descrevem como trabalho. Isso se assemelha a outro fato econômico bem conhecido: o número de trabalhadoras domésticas e o valor de seu trabalho também são difíceis de mensurar. Levando em conta o viés capitalista de produção para o mercado, o trabalho doméstico não é considerado por muitas pessoas como um “trabalho de verdade” (Federici, 2019, p. 280).

É urgente a necessidade de coletivizar esse trabalho do cuidado, que não pode ser mais uma imposição à vida das mulheres. É preciso vê-lo como trabalho e não como um “carinho” ou alguma habilidade nata das mulheres. Ao mesmo tempo,

temos percebido a partir das práticas nos sistemas alternativos que a cozinha – um dos espaços onde o trabalho do cuidado ocorre – é um lugar de poder, com o potencial de ressignificar o trabalho das mulheres e nosso entendimento dos feminismos. Se o modelo hegemônico é insustentável e nossa última alternativa é destruir o patriarcado antes que ele destrua a vida humana, a revolução possível e necessária passa pelas mulheres, suas mãos e seus saberes. A atual pandemia global tem também como elemento a reprodução do patriarcado. Romper com o patriarcado é também uma condição para construir sistemas sustentáveis, saudáveis e livres de violências. O espaço da cozinha deve ser visto como um espaço geográfico alimentar, onde se representa uma diversidade de questões, relações de poder e possibilidades de (re) construção, inclusive com nós mesmas.

Num país onde a questão agrária permanece como uma das maiores injustiças através da história, quais as implicações dessa hegemonia corporativa? Precisamos estar atentas para a relação entre alimentação saudável e as formas de produção e distribuição de alimentos e seus impactos na justiça social e integridade do ambiente. Partilhando da percepção de que o modelo dominante de produção e consumo de alimentos leva à insustentabilidade da vida humana, precisamos estar atentas e atuantes na construção de um mundo onde haja um acesso democrático à comida de verdade, do campo à cidade, e onde também se descortine o trabalho do cuidado e da reprodução da vida.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CASTRO, J. de. Geografia da fome. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mulheres dedicam muito mais tempo ao trabalho doméstico, mas a diferença cai. Ipea. 29 nov. 2018 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34450>. Acesso em: 21 nov. 19.

JESUS, C. M. de. Quarto de despejo: diária de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

SANTOS, M.; GLASS, V. (Orgs.). Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.



Terra, água e sementes

Do corpo território das mulheres indígenas a uma concepção de soberania alimentar

Inara do Nascimento Tavares

Em julho de 2019, participei de um encontro de professores pesquisadores indígenas na Bolívia. Um parente do Equador, do povo Quéchua, iniciou sua apresentação afirmando: o mundo andino amazônico é uma mulher. Como estamos cuidando de nossas mulheres?

Aquela afirmação me atravessou. E se o lócus de enunciação fosse deslocado para

as mulheres indígenas? E se o lugar de uma mulher indígena fosse o lugar pelo qual esse mundo se organizasse?

Em agosto de 2019, expressamos esse modo de ser no mundo na I Marcha das Mulheres Indígenas. Mais de duas mil mulheres de cento e trinta povos indígenas de todas as regiões do Brasil gritaram este lema: “Território: nosso corpo, nosso espírito”.

Com esse grito, afrontamos este sistema-mundo branco/racista/patriarcal/militar/capitalista: dizemos que passa pelos nossos corpos físico-culturais e simbólicos a nossa existência nesse mundo. É pelos nossos corpos que se constituem nossos territórios. E nossos corpos nada o são sem nosso espírito. E podemos falar em espíritos, tantos são os nossos corpos e culturas. Podemos dizer dos nossos mundos, das nossas vivências, do nosso protagonismo no cuidado com a terra, ela, mulher como nós.

Ao final desse potente encontro entre nós, enlaçado com a Marcha das Margaridas, elaboramos um documento nos posicionando, fazendo ecoar nossos modos de ser, viver e enfrentar as violações de nossos direitos no atual contexto político brasileiro.

Um documento com 14 pontos, destaco o ponto 8 para nossa conversa. Importante ressaltar o modo como nos colocamos para afirmar cada ponto de nossa carta:

por tudo isso, e a partir das redes que tecemos nesse encontro, nós dizemos ao mundo que iremos lutar incansavelmente para: 8. Defender o direito de todos os seres humanos a uma alimentação saudável, sem agrotóxicos, e nutrida pelo espírito da mãe terra (Articulação, 2019).

Lutar incansavelmente. Mulheres e povos indígenas lutam incansavelmente desde os processos coloniais e civilizatórios deste território chamado Brasil. Esse posicionamento não é retórico. É um modo de ser no mundo. É deste modo que as mulheres indígenas enfrentam as políticas de morte que

chegam em nos nossos territórios e tombam nossos corpos. Lutamos por nossas vidas, por nossos direitos, mas também gritamos indignação, da justa ira mencionada por Paulo Freire, que nos faz gritar as agressões sofridas.

No nosso modo de ser no mundo, decidimos em nosso documento defender o direito de todos os seres humanos a uma alimentação saudável. Levo a reflexão primeiramente à ideia de defender. Defendemos algo que está sob ameaça, sob ataque. Defendemos na intenção de proteger de algum perigo.

Em 2019, o governo brasileiro autorizou mais de 353 novos agrotóxicos, segundo os dados compilados do Diário Oficial da União pela Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida (Agrotóxico Mata, S.d.). Defender da ameaça do veneno na nossa comida. Nossa comida está sob ameaça, está banhada de veneno.

Onde é produzida a nossa comida? Onde é produzida a comida que chega no teu prato? Terra, água e sementes. Para pensar comida, não podemos desvincular da ideia de sementes – de onde vem a comida –, terra – para plantar –, e água para nascer e fazer viver.

As terras e os povos indígenas, com seus sistemas tradicionais de agricultura, produzem alimento. Os povos e comunidades tradicionais do território brasileiro também manejam conhecimento ancestral de cuidado com o território e o saber-fazer brotar alimento.

Contudo, apresento a vocês um exemplo: em Roraima, estado no extremo Norte do país, temos demarcações de terras indígenas que comumente chamamos “demarcações em ilhas”. Isso significa dizer que a terra indígena demarcada é território de um povo, porém seu entorno está cercado por terras particulares, fazendas, propriedades privadas.

Se o “vizinho” resolve pôr veneno na terra, a terra é uma só. Por mais que os povos indígenas façam um manejo em seu território, o veneno entra na terra. A terra é uma só. Se despejar o veneno no igarapé, a água é uma só. A água que corre na propriedade privada é a mesma água que alimenta alguma parte do território indígena. Resistir em nosso território sem veneno, buscar formas para que o veneno despejado nos territórios ao entorno não ameace nossas vidas.

Quando afirmamos “o direito de todos os seres humanos a uma alimentação saudável, sem agrotóxicos”, estamos afirmando que todos, em nosso território ou fora dele, tenham o direito a se alimentar sem veneno. Em nossos territórios, garantimos que a terra, que é uma só, seja cuidada para brotar vida. O entendimento de que o mesmo solo que nossos ancestrais pisaram é vida e se mantém vivo pelo nosso cuidado é pensamento primordial. O solo, substantivo masculino em língua portuguesa. A terra, substantivo feminino em língua portuguesa. Mulheres e homens indígenas cuidam do solo, da terra.

Em nosso documento, afirmamos

Lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida. A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura. (Articulação, 2019)

Com isso, a concepção de terra, água e sementes faz parte do entendimento que temos sobre comida boa e saudável, sobre o alimento que incorporamos, que faz nosso corpo e dá vida. Ao pensar sobre a ideia de alimentação saudável, a diversidade de nossos povos pode expressar inúmeras nuances do que entendemos por “saudável”, mas um consenso forte se refere aos alimentos que expressam nossos conhecimentos da cultura, da tradição, aos alimentos dos antigos ou dos mais velhos, daquela comida que não adoecia ou fazia passar mal. Grande parte dessas expressões são agregadas no que os povos chamam de alimento tradicional ou alimento da cultura.

Os alimentos tradicionais são desde nossa existência no mundo. São da terra, são da nossa relação com as florestas e águas. As caças, pescas, comidas de nosso território hoje são motivo de preocupação devido as mudanças climáticas que geram impacto nos regimes da natureza. Aquecimento global, desmatamento, grandes projetos desenvolvimentistas que impactam o curso de grandes rios – todos fatores, exógenos a nossos territórios – afetam diretamente nossas vidas.

Ainda com a preocupação de pensar alternativas para a gestão de nossos territórios frente a esses cenários, o alimento tradicional é uma das nossas formas de resistência. Fazer co-

mida tradicional, comida da cultura é incorporar e reafirmar nossa existência. Vamos queimar a boca com pimenta, comer farinha, beber pajuaru, comer quinhapira, mujicada, paçoca, xibé – todas expressões de nossa cultura alimentar e, mais que isso, formas de continuar perpetuando nosso corpo existência.

Alimentação saudável, sem agrotóxico, nutrida pelo espírito da mãe terra. Território é vida, a comida é feita na terra, e ela, mãe, nutre com seu espírito. Essa afirmação potente para nós revela um entendimento importante sobre a origem de nossos alimentos. Volto para a pergunta: onde é produzida a comida que chega no teu prato?

A comida para nós tem uma dimensão espiritual, pois é alimentada pela terra de que cuidamos e que faz parte de nós. Portanto, pensar de onde vem a comida é uma provocação política. Se a comida vem com o espírito da violência nos territórios, com o sangue das lideranças tombadas na defesa das terras, com veneno, com exploração, essa comida não nutre; adocece. É comida oriunda de genocídio, para mencionar como a parenta Tayná Marajoara se refere à comida que violenta nossos territórios.

Portanto, para nós, não basta ser sem veneno, mas que também seja nutrida por essa dimensão espiritual que vem de onde é produzida. Entendemos que o espiritual não se restringe ao religioso, mas sim ao reconhecimento de que a relação com a terra, a água e as sementes produz a alquimia necessária para fazer o alimento, brotar a comida.

Considerando a terra, feminino que nutre o alimento, trazemos a dimensão do corpo território das mulheres indígenas para pensar uma concepção de soberania alimentar.

Nós estamos fincadas na terra, pois é nela que buscamos nossos ancestrais e por ela que alimentamos nossa vida. Por isso, o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito. (Articulação, 2019)

Fincadas na terra. Esse modo de ser revela nossa concepção de corpo território. Violações aos nossos territórios são violações diretas ao nosso corpo. Exploração, venda, troca. Essas ações que ameaçam nossos territórios são ameaças diretas ao corpo das mulheres indígenas. E, se considerarmos as mulheres indígenas que vivem em contextos urbanos, espoliadas de seus territórios ancestrais ou sem direito a acessá-los, a vulnerabilidade de seus corpos nos territórios urbanos ainda é mais violenta.

Logo, a dimensão corpo território é chave para pensar o que é chamado de soberania alimentar. Garantir o corpo território livre de agrotóxico, com água, sementes é garantir a produção do alimento tradicional, do alimento da cultura que faz nossos corpos indígenas capazes de existir. Não mencionamos soberania alimentar. Entendemos que há nessa reflexão algo que nos contempla. Porém, afirmamos que temos outros caminhos para alcançá-la. A formulação corpo território é um dos caminhos.

E tantos são nossos corpos territórios. Eis a potência de

pensar a partir desse lugar. As mulheres e as retomadas de seus territórios indígenas no Nordeste brasileiro, as mulheres amazônicas das florestas e águas, as mulheres guarani em busca do Tekoha Pohã, as mulheres andino-amazônicas que se referem à terra, em uma de suas denominações, como Pacha Mama.

Ao entender como se constituem historicamente esses corpos territórios, a violação dos direitos e os processos coloniais e civilizatórios aos quais foram submetidas as mulheres indígenas e seus povos, é possível refletir sobre seus modos de vida e resistência. É possível, inclusive, compreender os modos de vida que têm levado aos adoecimentos provenientes da alimentação, cada vez mais presentes nos territórios indígenas.

Esse entendimento, como água abundante em igarapé, transborda: e se as mulheres não indígenas também buscassem esse caminho de reflexão? E se o lugar de uma mulher indígena fosse o lugar pelo qual esse mundo se organizasse?

Ao convocar a I Marcha das Mulheres Indígenas com esse tema, já sinalizamos esse caminho, esse lugar pelo qual o mundo ainda tem chance de se organizar. Que não sejamos violadas: corpo, território, espírito. Já estamos falando e refletindo sobre isso desde nossos territórios, nos espaços que ocupamos, nos movimentos sociais indígenas, nas universidades. Na I Marcha, falamos todas juntas. Foi mais alto que toda opressão, que toda violência e medo. Nossa política de vida semeia a terra.

Finalizo retomando uma citação do documento produzido na I Marcha “quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura” (Articulação, 2019). Essa frase, de afeto e verdade, também aponta um caminho: os territórios não estão fadados ao caos – ainda que a ferida da exploração siga aberta. Retomar os territórios é buscar o colo que cura. Territórios indígenas, do campo, das cidades. Retomá-los é política de vida, e está ao nosso alcance fazer. Atentem-se aos caminhos sinalizados pelas mulheres indígenas. Ouçam, através delas, a mãe terra falar.

Referências

AGROTÓXICO MATA. Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida. S.d. Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/campanha-permanente-contra-os-agrototoxicos-e-pela-vida>>. Acesso em: 10 set. 2019.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Documento final Marcha das Mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo, nosso espírito”. 15 ago. 2019. Disponível em: <<http://apib.info/2019/08/15/documento-final-marcha-das-mulheres-indigenas-territorio-nosso-corpo-nosso-espírito>>. Acesso em: 20 nov. 2019.



Nossos passos vêm de longe

(Re)existir das mulheres negras e seu trilhar de um caminho para o bem viver

Luana de Brito

Na condição de protagonistas oferecemos ao Estado e à Sociedade brasileira nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros.

Carta da Marcha de Mulheres Negras 2015

Quais são os possíveis impactos da escravização no nosso corpo, nos nossos sentimentos, no nosso psicológico, nas nossas emoções e na nossa alimentação? A culinária do Brasil, que é brasileira, tem muito de África, e é uma alimentação oriunda muito de um processo de escravização. Cito aqui Carolina Amanda Borges (2019), terapeuta menstrual e empreendedora, que entre tantas outras mulherxs negras me inspiram a escrever esse capítulo. A escravidão ainda continua em nosso país; só mudou o nome para algo mascarado. A Lei de Terras no Brasil, por exemplo, sancionada por D. Pedro II em setembro de 1850, determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras no período do Segundo Reinado. Surge então a propriedade privada e, junto com ela, um sistema que serve para a manutenção de privilégios brancos, e nenhuma das leis que a antecederam se compara à desumanidade que seria perpetuada até hoje pela Lei de Terras.

Aprovada apenas duas semanas após a Lei Eusébio de Queirós⁸, a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 estabelecia o fim da apropriação de terras: nenhuma terra poderia mais ser apropriada através do trabalho, mas apenas por compra do Estado. As terras já ocupadas seriam medidas e submetidas a condições de utilização ou estariam novamente na mão do Estado, que as venderia para quem definisse.

8 A Lei Eusébio de Queirós (Lei 581), promulgada em 4 de setembro de 1850, visava a proibição do tráfico de escravos. A lei foi elaborada pelo político brasileiro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara (1812-1868), durante o Segundo Reinado. Foi a primeira das três leis que aboliram gradualmente a escravidão no Brasil.

Além de impedir que os escravos obtivessem posse de terras através do trabalho, essa lei previa subsídios do governo à vinda de colonos do exterior para serem contratados no país, desvalorizando ainda mais o trabalho dos negros e negras. Quando a abolição ocorreu, os negros foram abandonados à própria sorte, não foi concedido nenhum tipo de reparação, indenização ou terras – mesmo que nenhum valor fosse suficiente por vidas inteiras de trabalho forçado e desumano. Não podiam cultivar a terra e não tinham dinheiro para comprá-la diretamente do Estado – que, de qualquer forma, possuía o poder de determinar quem seria o dono das terras e certamente não tinha colocado os negros no topo da lista. O que restou para a população negra foi a fuga para as cidades para viver em cortiços, dependentes, vendendo sua mão de obra a salários de fome. Lembrando sempre também da resistência nos quilombos e de como eles se organizavam e eram autogestionados. O cenário mundial da época já exigia o fim da escravidão, mas o Brasil colocou freios em todos os avanços do abolicionismo, que moldaram o que seriam as possibilidades da população negra, perpetuando o privilégio branco.

Será que toda a sociedade brasileira conhece de perto a atuação das mulheres negras na defesa e promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN)? Guardiãs de um saber ancestral, as mulheres mães negras escravizadas trançavam arroz e sementes em suas filhas para que pudessem plantar escondido e dar o que comer para as suas famílias. As tranças carregam significados e simbologias muito mais profundas para nós, população negra em diáspora. Sim,

para embelezar, e, para além da estética, um símbolo de resistência, sobrevivência e inteligência do nosso povo.

Ao analisar o panorama nacional da saúde da população, as mulheres negras grávidas morrem mais por causas maternas – a exemplo da hipertensão própria da gravidez – do que as brancas. Ainda, as crianças negras morrem mais por doenças infecciosas e desnutrição do que as brancas. Em vinte anos, o número de jovens negros assassinados aumentou 429%, ante 102% de jovens brancos. Nessa perspectiva, as mulheres negras sempre estiveram na luta por melhorias nas condições de vida da população negra.

Diante disso, nós, mulheres negras, lutamos e reivindicamos a soberania e segurança alimentar e nutricional para a população negra na Redessan, por meio da qual temos como objetivo resgatar a história ancestral da soberania segurança alimentar e nutricional (SSAN) na perspectiva das mulheres negras, dialogando com as agendas de lutas contra a fome e pelo direito humano à alimentação adequada (DHAA), bem como contextualizando os avanços e retrocessos vividos sendo mulher jovem negra.

No Brasil, 54% se autodeclaram negros, cotidianamente convivem com a insegurança alimentar e nutricional (InSAN). A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PN-SAN) tem como prioridade assegurar o direito humano à alimentação adequada a todas e todos os habitantes do território brasileiro, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional, de modo que tenham acesso regular e permanen-

te a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Assim, viemos atuando e trabalhando com a comunidade e a sociedade civil acerca de como estão se dando os processos de avaliação dos impactos das políticas públicas focadas não só em gênero, mas em relação à especificidade gritante do fator raça, que desde sempre apresenta dados alarmantes, e a sua correlação com a SSAN.

Discutir o mapa da pobreza e da fome à luz da intersecção dos marcadores de gênero, raça e geração vem sendo uma de nossas ações, bem como debater a autonomia econômica das mulheres negras nos países do Sul (América Latina, Caribe e África), considerando as distintas experiências vivenciadas em cada contexto. Buscamos problematizar quais são os impactos da Emenda Constitucional 95 (PEC do Congelamento dos Gastos) sobre a garantia da segurança alimentar e nutricional das mulheres negras no Brasil, fazendo assim uma reflexão sobre quais são as consequências das transformações no meio ambiente sobre as famílias negras, além de apontar a importância da participação popular das mulheres negras na luta pela SSAN.

Por muito tempo, as ações e políticas públicas para a melhoria de condição de vida não contemplaram de forma específica a população negra. Após contundentes reivindicações de atores da sociedade civil e do movimento negro, a temática

racial passou a ser considerada nas discussões sobre as condições de vida dos diferentes grupos na sociedade brasileira. Diante disso, salienta-se a importância do fator racial como dado a ser incluído na formulação e execução das políticas públicas, pois muitas vezes as diferenças fenotípicas da raça, como a cor da pele, atuam como indicadores para a distribuição diferencial dos direitos, levando como consequência à desigualdade racial.

A situação socioeconômica precária em que vive a população negra é expressão da violação de diversos enfoques dos direitos humanos, como o direito à moradia, o direito ao meio ambiente sadio, o direito à educação e, o mais fundamental dos direitos humanos, o direito a uma alimentação adequada, com qualidade e quantidade suficiente, respeitando a diversidade cultural sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas.

É importante salientar que as diferenças na proporção de insegurança alimentar grave de acordo com a raça – os que realmente passavam fome – se reproduziram em todos os estados brasileiros, com maior magnitude nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Somos o segundo maior país em população negra, a oitava economia do mundo, o segundo maior produtor de alimentos, um dos maiores exportadores de alimentos e, contraditoriamente, só perdemos em concentração de renda para a Serra Leoa (Homero, 2017). Somos um parque de contradições, onde convivem o melhor bioma para a qualidade de vida humana, a melhor oferta natural de alimentos e água pura, 30% das espécies vivas do planeta estão em nosso

território, e não conseguimos transformar essas riquezas em qualidade de vida para todos. Coabitamos com pessoas em situação de extrema insegurança alimentar, entre as quais as populações negras são a maioria.

Ainda nos cabe superar as grandes desigualdades entre populações negras e brancas, fazendo um resgate dessa dívida histórica que o Brasil tem com o povo negro, pois foi às custas de seu suor e de seu sangue que o país conquistou destaque na economia mundial. Cumpre-nos editar um novo modelo soberano de desenvolvimento, pautado na qualidade de vida das pessoas e dos grupos sociais, focado na reparação das diferenças históricas, seja pelo investimento social, seja fortalecendo a economia interna, seja preservando e recuperando as riquezas naturais. Repensar um modelo para além do conceito exportador, enriquecedor de poucos e gerador de miséria, que devasta bens naturais não renováveis. É inadmissível aceitar que, em pleno século XXI, milhões de pessoas passem fome, pois essa é a manifestação mais extrema da pobreza e da privação humana. Para Henriques (2001), a pobreza brasileira tem estreita relação com a desigualdade na distribuição de recursos, e não com a escassez. Isso significa dizer que o Brasil, tanto em termos absolutos como em relação aos diversos países do mundo, não pode ser considerado um país pobre, mas, sem dúvida alguma, deve ser considerado um país extremamente injusto.

Com isso, nascer negro ou negra está diretamente relacionado à possibilidade de estar vinculado à pobreza, pois a população negra se concentra nos piores indicadores econômicos.

Essa realidade vem demonstrando a ausência de ações mais efetivas no que se refere à população negra. Isso não significa que não haja ações que a contemplem, mas as políticas universais não têm conseguido diminuir as diferenças étnico-raciais entre as populações mais pobres. É preciso que as políticas sejam direcionadas e específicas, e que contemplem efetivamente a redução das desigualdades raciais.

A fim de reduzir essas desigualdades e assegurar à população negra o direito humano à alimentação adequada, a Comissão de Políticas para Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras apresentou em seus objetivos a incorporação da temática racial à construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, a potencialização e divulgação de ações que foram desenvolvidas junto à população negra nesta área, o fortalecimento da produção e comercialização de alimentos por populações remanescentes de quilombos e o aproveitamento da capilaridade das comunidades religiosas de matriz africana.

Entre os treze pontos do plano de ação dessa comissão está a construção de um sistema integrado e diversificado de informações de indicadores sobre (in)segurança alimentar e nutricional, capaz de monitorar a situação da população negra no país, respeitando e envolvendo comunidades e grupos específicos e viabilizando junto aos órgãos competentes assistência técnica e financiamento aos empreendimentos da economia solidária que atendam às vocações regionais e étnico-raciais, pautando-se na promoção do desenvolvimento local sustentável, de forma a garantir a preservação das culturas tradicionais.

A luta, a resistência e a lei: bem viver, soberania e segurança alimentar e nutricional e mulheres negras

Diante de todos esses atravessamentos que nos rodeiam e permeiam os espaços em que atuamos, conversando com outras pessoas e parceiras, resolvi, enquanto articuladora, criar o grupo/rede Pretas da Agroecologia. A partir dele, criou-se um coletivo que compôs o III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, que aconteceu em Recife em abril de 2019. Nesse sentido, as integrantes, pesquisadoras, educadoras, agricultoras e outras profissionais se reuniram para propor um grupo de trabalho voltado para discutir, viabilizar e aprofundar as especificidades das mulheres negras e mulheres indígenas do campo, da cidade, da floresta e das águas a partir do seu lugar de fala e de suas origens.

O Grupo de Trabalho (GT) Feminismos, Ancestralidade e Agroecologia nasce dessa articulação feminista afro-indígena agroecológica, tendo como objetivo visibilizar as múltiplas expressões dos feminismos e de resistências das mulheres negras e indígenas, além de refletir coletivamente sobre como os referenciais e as práticas ancestrais estão articulados por diversas mulheres negras e indígenas no protagonismo da construção agroecológica. O GT entende, pela prática e pelas experiências advindas do ativismo das integrantes, que feminismo não é constituído por uma única história, mas por uma multiplicidade de histórias – algo que levou Ella Shohat (2001) a afirmar que devemos falar em feminismos, no plural, pois não se trata de um monólito homogêneo.

Como um campo marcado por disputas, em sua história oficial branca e hegemônica o feminismo perfila-se junto a uma narrativa eurocêntrica, e a categoria gênero é historicamente utilizada de forma restrita, ainda quando associada à dimensão de classe, ignorando ou subordinando as demais. Enquanto feministas, as mulheres negras e indígenas reivindicavam teorias próprias, criticando os universalismos que equivocadamente homogeneizam as mulheres. É com essa perspectiva que o GT 03 Feminismos, Ancestralidade e Agroecologia se apresenta, para visibilizar as múltiplas expressões dos feminismos e das resistências das mulheres negras e indígenas, além de refletir coletivamente sobre como os referenciais e as práticas ancestrais estão articulados por essas mulheres no protagonismo da construção agroecológica em nossos territórios. O GT elegeu vinte e um trabalhos, alguns dos quais não mencionaram explicitamente a dimensão de raça. Mas a Coordenação do GT 03 entende que esse fato enriquecerá o debate e as reflexões para que entendamos, segundo Dyarley Viana:

É preciso observá-las com um olhar de humanidade, só assim será possível construir uma sociedade justa, inclusiva e igualitária. Toda essa estrutura racista precisa ruir, pois elas, mulheres negras e indígenas, detêm em mãos e ações a melhor política: acolher, cuidar, proteger, reconhecer a humanidade em corpos, gêneros e cores diversas. Vida, luta e terra são palavras femininas, sem as quais nenhum só dia é possível. Os impactos sociais, emocionais e econômicos do racismo institucional são grandes, porém maiores têm sido o fazer e tecer. Humanas, combativas e ativas. Assim nascem e renascem Negras, Indígenas, mulheres, humanas. (Viana, 2019)

É inegável e comprovada, através da história do Brasil, a participação intensa das mulheres negras nas atividades econômicas, políticas e sociais. Mas, apesar dessa participação, a mulher negra ainda passa por discriminação e violação contra o seus direitos humanos, inclusive os básicos, segundo os direitos humanos universais declarados pela Organização das Nações Humanas (ONU).

Caminhamos para a conquista de direitos sociais e efetiva participação na sociedade e na administração pública em todos os seus níveis. Mas a igualdade de oportunidade para a mulher negra ainda não está plenamente contemplada nessa ascensão (Ferreira, 2014).

É importante elencar os obstáculos para a igualdade de gênero e relatar as propostas e mecanismos de mulheres negras ao longo de nossa história, relatando e afirmando ações que assegurem os direitos e viabilizem a atuação no campo, na cidade, na floresta e nas águas, fortalecendo a agenda relacionada à agroecologia. É importante salientar que o fortalecimento da autonomia econômica e produtiva está em assegurar a realização dos nossos direitos de mulheres negras. Entretanto, as discriminações e o racismo são fortes obstáculos para a realização desses direitos.

Considerando as históricas contribuições na construção da sociedade brasileira, marcada, porém, pela invisibilidade, é de fundamental importância identificarmos os principais objetivos e estratégias necessários para mudanças para a garantia dos direitos humanos, da inclusão social, da convergência de padrões de vida, e alcançar a igualdade de direitos. A desi-

gualdade e outras formas de discriminação violam os padrões universais de justiça. O GT 03 se propôs a conduzir o debate, incluindo os paradigmas do desenvolvimento e sua relação direta com as mulheres negras; aprofundar o debate sobre direitos humanos; refletir, analisar e contribuir sobre políticas de igualdade de direitos; discutir e apoiar rumos de garantia ao acesso das mulheres negras em postos de tomada de decisão, aos programas de políticas compensatórias e a bens e serviços. Busca, ainda, espaço para uma sociedade plural, dando continuidade ao diálogo e à convergência com outras redes e articulações, levando os legados dos antepassados, recuperando as experiências a partir de uma leitura crítica sobre gênero, raça e ancestralidade na agroecologia, tais como: promover o alimento, a água, a terra – território e territorialidade são direitos fundamentais que se revelam em muitas áreas do conhecimento; reconhecer as experiências, entendendo que devem ser acompanhadas pela discussão da necessária valorização da participação social e política, incluindo a perspectiva feminista das mulheres negras e das mulheres indígenas; reconhecer que as mulheres negras e mulheres indígenas são as principais produtoras de cultivos básicos que alimentam as populações mais empobrecidas e são as mais atingidas pela fome; legalizar a habilidade ancestral na agroecologia; falar em agroecologia é falar e reconhecer as mulheres negras e mulheres indígenas como guardiãs dos saberes e fazeres ancestrais; reconhecer e visibilizar as comunidades rurais negras, comunidades quilombolas e comunidades rurais indígenas; enfrentar o racismo, o racismo institucional, o racismo introjetado e todas as formas de discriminação.

*Sou preta, sim
Não nego meu instinto de sobreviver
E sobre viver aprendemos de gerações em gerações
Já se foram os grillhões?
Tamo em ascensão, e não espera que não façamos revolução!
A vitória de uma é glória para todas
Esses são nossos valores reais
Por isso nada me quebra
Nada me abala,
nada me machuca mais
Porque hoje eu semeio e cresço
Mesmo vivendo com espinhos
Nesse chão de concreto
Eu floresço com minhas iguais.*

Cristal Rocha

Referências

BORGES, C. A. L. Autocuidado da mulher negra. Canal Preto, 19 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iTrYOvbAV64>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

FERREIRA, C. D. A mulher negra na construção do Brasil. Observatório do Terceiro Setor. 14 mar. 2014. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/colunistas/a-mulher-negra-na-construcao-do-brasil/>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

HENRIQUES, R. Desigualdade racial no brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Texto para Discussão 807. Rio de Janeiro: Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4061>. Acesso em 03 nov. 2019.

HOMERO, M. N. Semana da mulher: políticas públicas precisam ser mais específicas para mulheres. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 7 mar. 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/marco/semana-da-mulher-politicas-publicas-precisam-ser-mais-especificas-para-as-mulheres>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SHOHAT, E. Feminismo fora do centro. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, 2001, p. 147-163. Entrevista concedida a S. W. Maluf e C. de L. Costa

VIANA, D. Mulheres que lutam para serem reconhecidas como humanas. Inesc. 15 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/mulheres-que-lutam-para-serem-reconhecidas-como-humanas/>>. Acesso em: 03 dez. 2019.



Mulheres do Vale do Ribeira (SP) semeando agroecologia, segurança alimentar e nutricional

Liliam Telles
Vanessa Schottz
Camila Alvarenga
Sheyla Saori Yusuka

A agroecologia é um conceito em disputa em todo o mundo. No Brasil, vem se constituindo como um campo do conhecimento que articula abordagens teóricas, experiências práticas e ações políticas. Esse conceito surge a partir do questionamento do paradigma tecnológico e científico que serviu de ali-

cerce à modernização conservadora da agricultura no país.

No âmbito acadêmico, as definições clássicas da agroecologia podem ser atribuídas a autores como Miguel A. Altieri, Stephen R. Gliessman e Eduardo S. Guzmán. De modo geral, esses autores

afirmam uma perspectiva tecnicista da agroecologia enquanto um modelo de produção sustentável e incorporam marginalmente os vieses econômico e sociológico em suas análises (Telles, 2018). Outros autores enunciam a agroecologia como a ciência que estuda o sistema de produção de alimentos, integrando também as relações sociais e institucionais vinculadas à distribuição e consumo da produção (Francis, 2009). Wezel et al. (2009) explicitam três dimensões que compõem o conceito de agroecologia: a dimensão política, a tecnológica e a científica, observadas, de maneira distinta, nos diferentes países.

No Brasil, para além do âmbito acadêmico, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é um ator central na disputa pelo conceito de agroecologia. Criada em 2002, após o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), a ANA se constituiu como um espaço de articulação e convergência de movimentos sociais, redes e organizações com a agenda política da agroecologia no Brasil. O conceito de agroecologia, portanto, está vinculado a uma base social, representada pela diversidade sociocultural e política da agricultura familiar e camponesa, da agricultura urbana e de povos e comunidades tradicionais no Brasil, e deve ser compreendida por seu caráter multidimensional (político, cultural, técnico e científico). Por esse motivo, considera-se que a agroecologia é ao mesmo tempo ciência, prática e movimento (Telles, 2018).

No entanto, são os movimentos de mulheres, especialmente aqueles inseridos no Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da ANA, que têm apontado outros sentidos políticos para o conceito de agroecologia, distanciando-se cada vez

mais da concepção tecnicista, ainda predominante tanto no âmbito acadêmico quanto no campo dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Para o GT Mulheres da ANA, a agroecologia deve ser compreendida como um projeto de vida, que busca transformar as relações entre as pessoas e dessas com a natureza, com base nos princípios da igualdade, da justiça e da solidariedade (Telles, 2018). A síntese da plenária das mulheres no IV ENA reafirma essa visão: “Temos afirmado que a agroecologia não é só prática, mas ainda o jeito como o trabalho se organiza, como as pessoas se relacionam entre si e com o ambiente” (ANA, 2018). Por esse motivo, o GT afirma que a agroecologia deve ser feminista, anticapitalista, antirracista, e anti-LGBTTFóbica.

Essa perspectiva permite problematizar o modo como a divisão sexual do trabalho (DST) afeta a vida das mulheres, invisibilizando seu trabalho. Por outro lado, contribui para valorizar o trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas agricultoras, dando visibilidade à interdependência entre as atividades protagonizadas por elas e à sua importância para a segurança alimentar e nutricional (SAN) e para a economia familiar.

Ricas experiências agroecológicas em diversos contextos socioambientais mostram que as mulheres assumem um papel de grande relevância para a garantia do acesso à alimentação adequada e saudável. Em geral suas práticas agroecológicas estão orientadas à preocupação com a saúde, a SAN e o meio ambiente, caracterizando-se pela produção diversificada de alimentos (tanto de origem vegetal quanto animal), pelo resgate de cultivos locais e salvaguarda das sementes, pelo

aproveitamento dos alimentos por meio do beneficiamento da produção e pela valorização e preservação de tradições culinárias (Siliprandi, 2015; Carneiro et al., 2013; ActionAid, 2010; GT Mulheres, 2008). O fato de essa produção ter múltiplas destinações – mercados, autoconsumo, doação e troca – também contribui para ampliar o acesso à alimentação adequada e saudável⁹.

Para refletir sobre a contribuição das mulheres para a SAN, o presente artigo analisa alguns dados produzidos no âmbito da pesquisa “Os quintais das mulheres e a caderneta agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil”, coordenada pelo GT Mulheres da ANA. A nível nacional, foram preenchidas cerca de trezentas cadernetas agroecológicas (CA), das quais aproximadamente cinquenta na região Sudeste (Telles, 2018). Para este artigo, utilizaremos os dados referentes ao Vale do Ribeira (SP), onde 28 agricultoras de quatro municípios preencheram as CAs.

9 O acesso à alimentação adequada e saudável se configura em uma das dimensões do conceito de segurança alimentar e nutricional adotado no Brasil, definido pelo artigo 3º da Lei Orgânica de SAN (Losan) como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Brasil, 2006).

As cadernetas agroecológicas: diálogos entre feminismo, agroecologia e segurança alimentar e nutricional

A CA é um instrumento metodológico elaborado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata/MG (CTA/ZM) em diálogo com o GT Mulheres da ANA que tem como principal objetivo contribuir para dar visibilidade ao trabalho protagonizado pelas agricultoras por meio do registro e monitoramento da produção econômica monetária e não monetária sob sua responsabilidade.

A CA dá visibilidade à contribuição econômica das agricultoras, que muitas vezes é invisível para os membros das famílias, a comunidade, os agentes de assistência técnica e extensão rural (Ater), os órgãos do governo e o sistema financeiro. Além disso, ela evidencia a diversidade da produção manejada pelas mulheres nos diversos espaços da propriedade, como a produção para o autoconsumo, invisível apesar de fundamental para a saúde, a SAN e a economia da família e da sociedade.

A eficácia dessa ferramenta se deve à sua simplicidade, uma vez que organiza informações sobre tudo que é cultivado nos espaços sob domínio das mulheres nas propriedades em quatro tipos de relação socioeconômica: consumo, doação, troca e venda. Ela tem o formato de um caderno em espiral que pode ser pendurado em local de fácil acesso, para garantir a agilidade na anotação das informações pelas próprias mulheres. A Figura 1, abaixo, apresenta o instrumento.

Como pode ser observado na Figura 1, na CA são anotadas as informações referentes ao tipo, à quantidade e ao va-

ma variação no período de anotação nas CA devido ao fato de que algumas mulheres iniciaram mais tardiamente, nos meses de maio e junho. As informações das CA foram tabuladas em uma planilha e os gráficos e tabelas foram gerados por meio de um programa de análise de dados.

Breve contexto histórico até uma ATER feminista e agroecológica no Vale do Ribeira

A região do Vale do Ribeira fica localizada entre os estados de São Paulo e Paraná. Data do século XVI a ocupação da região, que, embora tenha passado por diferentes ciclos produtivos (exploração mineral aurífera, rizicultura, teicultura e bananicultura), permanece com os maiores remanescentes florestais do estado de São Paulo. Ela conta com 13 unidades de conservação de proteção integral e 21 de uso sustentável (Silva Júnior, 2015), entremeadas por uma diversidade de identidades socioculturais das populações que ali residem, produzindo um cenário de conflitos socioambientais que permanecem até os dias atuais.

Em 2008, o governo federal reconheceu o Vale do Ribeira como Território da Cidadania (TC)¹⁰, devido aos seus baixos indicadores socioeconômicos e à alta concentração de agricul-

10 O Programa Territórios da Cidadania foi uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e de garantia de direitos sociais executado pelo Governo Federal a partir de 2008. Tinha como objetivo levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania em regiões prioritárias por meio da integração de ações federais, estaduais e municipais em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade (Brasil, 2018).

tores familiares, de assentamentos, de povos e comunidades tradicionais (comunidades quilombolas, indígenas e de pescadores/as artesanais). O TC Vale do Ribeira (SP) é formado por 25 municípios, divididos nas microrregiões Alto Vale, Eixo BR, Lagamar e Portal do Vale.

Dados do Sistema de Informações Territoriais (SIT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário demonstram que a população total do território é de 443.231 habitantes, dos quais 114.821 (26%) vivem na área rural (IBGE, 2010a). No que diz respeito à população rural, 53.827 (46,9%) são mulheres. O território possui 159 famílias assentadas (Brasil, s.d.), 7.037 estabelecimentos de agricultura familiar, 3.438 pescadores/as, 33 comunidades quilombolas e 13 terras indígenas (IBGE, 2010a).

Em 2015, a Sempreviva Organização Feminista (SOF), uma das organizações que compõem o GT Mulheres da ANA, iniciou a execução de um contrato para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para 240 mulheres rurais (ATER Mulheres) no TC Vale do Ribeira (SP). A iniciativa incorporou as CA como instrumento metodológico na perspectiva agroecológica e feminista. Dessa forma, permitiu dar visibilidade à diversidade e à importância econômica da produção protagonizada pelas mulheres, seja no âmbito familiar, seja no comunitário.

O início da iniciativa coincidiu com a implementação das CAs em âmbito nacional, por meio da pesquisa realizada pelo GT. Quando do início da atuação da SOF, parte das agricultoras já entregava seus produtos para políticas de compras governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos

(PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou participava de feiras. Para ampliar o acesso aos mercados, um dos componentes da assessoria técnica da SOF junto às agricultoras foi a construção participativa de uma estratégia de comercialização para grupos de consumo em São Paulo. Com o declínio do acesso à PAA e PNAE na região, a comercialização com os grupos de consumo em São Paulo se mostrou fundamental para a manutenção da renda das agricultoras agroecológicas.

As 28 mulheres que participaram da pesquisa se organizam em grupos produtivos e pertencem a quatro municípios: Apiaí, Barra do Turvo, Itaoca e Peruíbe. O grupo de mulheres União de Agricultoras Agroecológicas de Itaoca (Uaai) tem foco na produção para o autoconsumo. A Cooperativa Agroindustrial do Alto Vale do Ribeira (Coopav), em Apiaí, está voltada à comercialização dos produtos, enquanto o grupo União de Mulheres da Economia Solidária de Peruíbe (Umpes) e os grupos de mulheres da Barra do Turvo produzem tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização.

A agroecologia e a SAN no Vale do Ribeira: um olhar a partir das cadernetas

Um dos aspectos que mais chama a atenção dentre os dados das anotações das mulheres do Vale da Ribeira é a diversificação produtiva, uma vez que foram identificados ao todo 243 tipos de produtos, classificados em quatro grandes grupos: alimentos, plantas medicinais, mudas e sementes, e outros (plantas ornamentais e saboaria), conforme o gráfico

abaixo (Figura 2).



Figura 2: Classificação dos produtos anotados na Caderneta Agroecológica pelas agricultoras do Vale do Ribeira (SP) (04/17-02/2018).

É possível observar na figura acima que os alimentos correspondem a 83% de todos os produtos classificados. Ou seja: considerados tanto os alimentos de origem vegetal quanto animal, as mulheres do Vale da Ribeira produziram cerca de 202 tipos de alimentos no intervalo de um ano.

Cerca de 80% dos alimentos produzidos por essas agricultoras são de origem vegetal, totalizando 160 gêneros. Desses, 33% correspondem às frutas, identificadas como pertencentes a cinquenta tipos. Também foram identificados 24 tipos de legumes e 22 temperos, que correspondem respectivamente a 15% e 14% dos alimentos de origem vegetal. Outro dado a ser ressaltado é o fato de que grande parte das agricultoras

anotaram nas cadernetas a produção de temperos (100%), legumes (100%), hortaliças (96%), frutas (96%) e raízes e tubérculos (86%), conforme apresentado no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1: Grupos de alimentos produzidos pelo maior número de agricultoras do Vale do Ribeira (SP), segundo anotações feitas na caderneta agroecológica (04/17-02/18)

Grupo	Nº de agricultoras	Porcentagem
Frutas	26	93%
Hortaliças	27	96%
Legumes	28	100%
Raízes e tubérculos	24	86%
Temperos	28	100%

Dentre os legumes, os mais difundidos entre as agricultoras são o chuchu, a abóbora e a abobrinha. Dentre os temperos, é mais comum o cheiro-verde, que inclui a salsinha e a cebolinha e que consistiu de 2.059 maços anotados ao longo de 11 meses, distribuídos por 25 agricultoras. No grupo das hortaliças e das raízes e tubérculos, destacam-se a couve e a mandioca, respectivamente.

Em relação às frutas, 79% (n=28) das agricultoras anotaram ao menos uma vez a produção de bananas, e 60% (n=22) a de limão e laranja. Foi informada pelas mulheres a produção de nove variedades de banana e quatro variedades de laranja e limão.

O Quadro 2 a seguir apresenta uma lista dos alimentos de origem vegetal cultivados pelo maior número de agricultoras, com as respectivas especificações de variedades, quando for o caso.

Quadro 2: Alimentos de origem vegetal cultivados pelo maior número de agricultoras do Vale do Ribeira (SP), segundo anotações feitas na caderneta agroecológica (04/17-02/18)

Alimento	Variedades
Chuchu	
Abóbora	Abóbora verde, madura e moranga
Abobrinha	Verde e madura
Cheiro-verde	Salsinha, cebolinha
Couve	
Mandioca	Também denominada aipim
Banana	Caturra, da terra, maçã, nanica, ouro, pacovã, pão, prata e santomé
Laranja	Bahia, cristal, mexerica e pera
Limão	Cravo, galego, rosa e taiti

Ainda que em menor escala (apenas 25% do total), as agricultoras também anotaram alimentos beneficiados¹¹, dentre os quais: bolos, biscoitos, sucos, pães, doces e compotas. Foram anotados seis tipos de doce: de abóbora, de carambola, de goiaba, de pêssego, em pedaços e sem adição de açúcar.

Poucas agricultoras anotaram em suas cadernetas a produ-

¹¹ Optou-se por classificar os alimentos como beneficiados, uma vez que a classificação por grau de processamento, preconizada pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, demandaria analisar sua composição.

ção de plantas medicinais. Ainda que, no âmbito da pesquisa realizada junto às mulheres do Vale do Ribeira, não tenham sido investigados os motivos desse fato, é possível que algumas mulheres tenham priorizado anotar informações sobre alimentos. Dentre aquelas que fizeram anotações, constam as seguintes plantas medicinais: alecrim, alevante, alfavaca, babosa, capim-cidreira (também anotado como capim-limão), citronela, erva-cidreira/melissa, erva-doce, hortelã, folha de figo, ginseng, penicilina e poejo.

Em relação aos alimentos de origem animal, as anotações nas cadernetas incluíam suínos, pescados, leite e derivados, ovos e aves (principalmente frango), com destaque para os dois últimos, informados respectivamente por 86% e 82% das mulheres. No caso dos ovos, ao longo de onze meses, foram anotadas 967 dúzias de ovos de galinha¹².

Os dados apresentados até aqui apontam para a importância da produção agroecológica oriunda dos quintais das mulheres para a garantia da SAN, uma vez que uma alimentação adequada e saudável não se restringe aos nutrientes necessários para a manutenção da vida, mas “deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer, às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados” (Consea, 2007, p. 26).

Vale destacar que a construção desse conceito se deu a

12 Quatro mulheres também anotaram ovos de codorna e de pata.

partir de um esforço de diálogo intersetorial no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), resultando na requalificação do conceito de alimentação saudável a partir do enfoque intersetorial de SAN. Dessa forma, buscou-se articular aos aspectos biológicos e sanitários as dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Também é preciso considerar que a erosão genética e cultural promovida pelas práticas de agricultura convencional e pelo avanço dos monocultivos, aliada às mudanças no padrão de consumo alimentar, tem gerado grave diminuição na diversidade de espécies consumidas pela população e contribuído para um processo de homogeneização dos hábitos alimentares. Nessa perspectiva, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO) tem manifestado enorme preocupação com a predominância de dietas alimentares restritivas, visto que “apenas três culturas básicas – arroz, milho e trigo – e três espécies de animais – bovinos, suínos e frango – fornecem a maior parte da ingestão de energia alimentar do mundo” (ONU, 2018). Ainda de acordo com a FAO (2019a), apesar de historicamente terem sido cultivadas mais de seis mil espécies de plantas alimentícias, atualmente cerca de 66% da produção agrícola mundial está reduzida à produção de nove espécies.

Na contramão desse cenário, os dados coletados indicam que os sistemas de produção agroecológicos adotados pelas mulheres do Vale do Ribeira, seja nos quintais, seja nos demais subsistemas protagonizados por elas, são potencializadores da biodiversidade e da diversificação de fontes alimentares.

Como afirma Pacheco (1997), os quintais configuram verdadeiros espaços de conservação e manejo de sementes e mudas, preservação de espécies alimentares, criação de animais e produção diversificada de alimentos.

Para a FAO (2019b, tradução nossa), a “biodiversidade para alimentos e agricultura é indispensável à segurança alimentar, ao desenvolvimento sustentável e ao fornecimento de muitos serviços ecossistêmicos vitais”, e assume papel estratégico frente aos efeitos das mudanças climáticas.

A Tabela 1, abaixo, apresenta a lista dos 14 alimentos com maior volume de produção. É possível observar que nenhum deles foi destinado exclusivamente à comercialização. As relações econômicas estabelecidas pelas mulheres giraram em torno principalmente da venda e do autoconsumo, mas também se pode considerar que a doação de alimentos é uma prática comum, havendo também, em menor escala, relações de troca.

Tabela 1: Lista dos produtos com maior volume de produção por relações socioeconômicas

Produtos	Quantidade Produzida						
	Consumo	Doação	Troca	C+D+T	Venda	Total	
Alface	969	405	6	1.380	1.133	2.513	Unidade
Banana	1.299	349	26	1.674	6.387	8.061	Quilos
Carne de porco	348	129	15	492	89	581	Quilos
Cheiro-verde	872	67	1	940	1.120	2.059	Maços
Chuchu	202	80	0	282	340	622	Quilos
Couve	468	178	0	646	218	864	Unidades
Farinha de Mandioca	32	56	2	90	4.502	4.592	Quilos
Feijão	723	38	7	768	251	1.018	Quilos
Inhame	34	8	0	42	513	555	Quilos
Laranja	230	64	0	294	258	552	Quilos
Leite	956	100	13	1.069	3.314	4.383	Litros
Mandioca	663	220	11	894	744	1.638	Quilos
Muda nativa	831	0	0	831	994	1.825	Unidades
Ovo de galinha	359	69	32	460	508	967	Dúzias

Como é possível observar na Tabela 1, a produção das mulheres é relevante em termos de diversidade e quantidade de produtos. Considerando-se apenas os produtos cujas unidades de medida estão em quilos, percebe-se que mais de 17 toneladas de alimentos de origem vegetal e mais de 500kg de carne suína foram produzidos pelas agricultoras no período.

do que compreende entre abril de 2017 e fevereiro de 2018. Isso demonstra a relevância da produção das mulheres para o abastecimento alimentar de suas famílias, das comunidades em que residem e dos mercados de produtos agroecológicos acessados por elas. A produção para o autoconsumo exerce um papel estratégico na garantia da SAN e da reprodução social das famílias, pois contribui para sua maior autonomia no acesso à alimentação e reduz sua dependência do mercado e das variações na aquisição de renda monetária (Menashe; Marques; Zanetti, 2008; Grisa, 2007).

No entanto, apesar da sua importância para a SAN, o autoconsumo é desconsiderado nos diversos estudos e pesquisas oficiais sobre a agricultura familiar e temas relacionados à pobreza, sendo também invisível para a maior parte das políticas públicas.

Considerações finais

Os dados da pesquisa mostraram a relevante contribuição econômica das agricultoras para a economia familiar. Ao mesmo tempo, revelaram que a diversidade de espécies manejadas pelas agricultoras e disponibilizadas para o consumo, a doação, a troca e a venda vai na contramão das tendências, identificadas pela FAO, de perda da biodiversidade e redução da disponibilidade de fontes alimentares diversificadas, bem como a homogeneização do consumo alimentar. Outro elemento importante é a diversidade intraespecífica identificada pelas Cadernetas Agroecológicas, com destaque para as variedades de algumas espécies de frutas e legumes.

Além da importância das agricultoras para a produção para o autoconsumo, as Cadernetas Agroecológicas evidenciaram que a comercialização da produção agroecológica das agricultoras em distintos mercados – especialmente as feiras, os grupos de consumo e o PNAE – contribui para ampliar o acesso da população a uma alimentação adequada e saudável, segundo o conceito proposto pelo Consea no Brasil.

Por fim, o presente artigo evidenciou a importância do trabalho das mulheres, realizado nos quintais e em distintos espaços de produção em que elas detêm maior autonomia, para a SAN das famílias e de suas comunidades, reafirmando a necessidade de novas abordagens para analisar a contribuição do trabalho das mulheres para a SAN no Brasil.

Referências

ACTIONAID BRASIL; GT MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Mulheres e agroecologia. Sistematização de experiências de mulheres agricultoras. Rio de Janeiro: Farache, 2010.

ALVES, L. M. Cadernetas agroecológicas: um instrumento político-pedagógico. 2018. Disponível em: <<http://ctazm.org.br/bibliotecas/cadernetas-agroecologicas-um-instrumento-politico-pedagogico-293.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

ANA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Rios da memória das mulheres da agroecologia. 2018. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/2018/06/03/rios-da-memoria-das-mulheres-da-agroecologia>>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Agrário. Caracterização do Vale do

Ribeira. Sistema de Informação Territorial. S.d. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=3551801>>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Territórios da cidadania. Brasília: MDA. 2018.

CARNEIRO, M. G. R; CAMURÇA, A. M; ESMERALDO, G. G. S. L; SOUSA, N. R. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE. Revista Brasileira de Agroecologia, v .8, n. 2, 2013.

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório final. Brasília: CONSEA, 2007.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. Dietas saudáveis para um mundo de fome zero. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Roma: FAO, 2019a. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca5268pt/CA5268PT.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2019.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura. The State of the World's Biodiversity for Food and Agriculture. J. Bélanger & D. Pilling (eds.). Roma: FAO, 2019b.

FRANCIS, C. Education in organic farming and food systems. Organic Farming: The Ecological System, organicfarmingt. 2009.

GRISA, C. Da roça à mesa: a produção de alimentos “pro gasto” na agricultura familiar. Disponível em <<http://www.slowfoodbrasil.com/content/view/152/82/>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

GT MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Mulheres construindo a agroecologia. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ANA, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo, 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/tabelas_pdf/tab1.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Cidades, 2010b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/barra-do-turvo/panorama>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MENASHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. Revista de Nutrição, suplemento, 2008.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Promover a biodiversidade em todos os setores agrícolas é 'fundamental', diz chefe da FAO. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/promover-a-biodiversidade-em-todos-os-setores-agricolas-e-fundamental-diz-chefe-da-fao/>>. Acesso em: 19 set. 2019.

PACHECO, M. E. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. FASE, Desenvolvimento Sustentável, Revista Proposta, n. 71, 1997.

SILIPRANDRI, E. Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SILVA JÚNIOR, J. A. Desafios e perspectivas do Programa Territórios da Cidadania: o caso do Território da Cidadania Vale do Ribeira. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TELLES, L. Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. Agronomy for Sustainable Development, v. 29, n. 4, 2009.



Mulheres protagonizando os trânsitos entre a roça e a cidade

Trajetórias marcadas pela renovação de práticas alimentares e agrícolas

Ródica Weitzman

A espinha dorsal deste artigo, resultado de um estudo etnográfico realizado durante o período de minha pesquisa de mestrado em Antropologia Social¹³, é constituída justamente pelas histórias contadas pelas mulheres que

vieram de diversos municípios do estado de Minas Gerais e atualmente residem em Morro dos Prazeres e Escondidinho, duas comunidades próximas, localizadas na região central da cidade do Rio de Janeiro. Hoje, Morro dos Prazeres e Escondidinho têm uma população de 3.528 pessoas e abrigam 928 domicílios. Em 1960, foi registrado que a maior parte dos moradores dessas comunidades

13 A pesquisa, realizada no PPGAS/UFRJ entre 2009 e 2011, resultou na dissertação *Entre a roça e a cidade – um processo de invenção de práticas alimentares e agrícolas* (Weitzman, 2011).

veio do estado ou do município do Rio de Janeiro e que moradores originários de outros estados vinham em maior número de Minas Gerais e, em segundo, da Paraíba (IBGE, 2000). Cumpre salientar que a maior parte dos(as) mineiros(as) que reside em Morro dos Prazeres e Escondidinho é oriunda da área rural nos municípios de Caratinga e Ubaporanga, da região Leste de Minas Gerais, sendo que o último inclui os distritos de São José do Batatal e São Sebastião do Batatal¹⁴. Cabe destacar que todas as minhas interlocutoras nesta pesquisa viviam anteriormente na área rural e trabalhavam junto com outros membros da família na sua própria terra – no caso de serem pequenos(as) proprietários(as) – ou nas terras das fazendas na região – enquanto meeiros(as), parceiros(as) ou arrendatários(as).

O objetivo principal deste trabalho é analisar o fluxo de relações forjadas entre dois espaços – a roça e a cidade –, o que envolve um olhar aguçado para a plasticidade dos significados associados aos pares rural X urbano e passado X presente diante de trajetórias marcadas pelo trânsito. Para o foco desta pesquisa etnográfica, ser “mineiro(a)” remete aos lugares de

14 Entre os(as) entrevistados(as), merecem destaque seus lugares de origem: Muriaé, Governador Valadares, Ponte Nova, São João del Rei, Ubá, Senador Firmino, Tombos, Carangola, Teófilo Otoni, Caratinga e Ubaporanga. Ressalte-se que a maior parte dos mineiros, alvo de minha pesquisa, se diziam oriundos da “região de Caratinga”. Dona Rosa, uma de minhas principais interlocutoras, afirmava que a tendência de encaixar todos em uma categoria só – no caso, “Caratinga” – se deve ao fato de que “somente tem Caratinga no mapa. E também porque antes Caratinga era a única cidade da região”. Minhas interlocutoras afirmam que várias localidades que antes eram consideradas distritos de Caratinga foram “emancipadas” e hoje são consideradas “cidades” ou “municípios”, como é o caso de Ubaporanga, Santa Bárbara e São Cândido. Portanto, um amplo leque de outras localidades são submetidas à categoria classificatória “Caratinga.”

origem das pessoas que vieram da a, ser cid – lugares que, nas suas narrativas, recebem a nomeação de “roça”. A frase de Dona Rosa, moradora de Morro dos Prazeres e oriunda de Ubaporanga, exprime essa relação intrincada com “a roça”: “A gente nunca esquece da roça. Parece que está dentro da gente”. Portanto, as narrativas estão ancoradas em um ponto de referência: a roça, enquanto imagem que é revivida e reconstruída nas histórias contadas, de tal forma que “parece estar dentro da gente”. Para os(as) mineiros(as) que se deslocaram para a cidade, a roça significa “o lugar onde tem plantações” e indica um tipo de trabalho específico, que é o trabalho agrícola – além de modos de vida interligados àquele espaço. Destaco esse ponto porque, no quadro referencial desses mineiros, não é a comunidade rural, de forma genérica, que acumula significados, mas é a roça – pelo conjunto de atividades ligadas à produção agrícola que ela denota.

Para efetivar essa análise aguçada dos fluxos de deslocamento da população em foco – “os(as) mineiros(as)”, a maior parte oriunda da região do Vale do Rio Doce – minha intenção é adotar uma leitura meticulosa sobre a complexidade da relação campo-cidade, que fuja dos padrões que demarcam a abordagem dicotômica¹⁵. Em suma, busco ir além de uma leitura dos

15 A oposição entre campo e cidade, que tem prevalecido em algumas formulações teóricas e metodológicas, vem aliada à antítese tradicional/moderno, passado/futuro (Sorokin; Zimmerman; Galpin, 1965; Léfebvre, 1970). Ao encarar meu objeto de pesquisa, tive que enfrentar uma série de armadilhas nas abordagens sobre a problemática rural-urbano: tanto a suposta cristalização do espaço rural como algo fixo no passado, quanto a plasticidade atribuída aos processos de modernização, associados aos espaços urbanos e enquadrados num projeto voltado para um futuro próximo.

processos de urbanização e dos deslocamentos entre campo e cidade que se conformam apenas aos termos ditados por uma “grande narrativa pré-concebida” (Comerford, 2006). Procuo entender as conexões entre essa narrativa do “deslocamento” como pano de fundo e o processo de invenção incessante das relações com a terra e com os alimentos a partir do processo de enraizamento das mulheres oriundas de Minas Gerais na área urbana e as “idas e voltas” que são efetivadas constantemente por elas, no intuito de manter vínculos com seus lugares de origem.

Quando perguntei aos membros das fami aos ms, no intuit por que vieram para Rio de Janeiro, muitos(as) alegaram que vieram porque, no período dos anos 1960 e 1970, as fazendas estavam dispensando os empregados. Dona Rosa, minha principal informante, que veio de Ubaporanga (MG), compreende que essa ação, de “dispensar empregados”, estava ligada às pressões do movimento sindical com o surgimento de leis trabalhistas, chamada por ela de “reforma agrária. Para ela, a “reforma agrária” foi um movimento que “botou medo nos fazendeiros”. Medo, como ela explica, de que “os empregados” pudessem “tomar a terra deles”, “reivindicar seus direitos” e “pedir seu direito ao pedaço de terra”¹⁶.

A relacionalidade é um aspecto primordial dos processos

16 A maior parte das pessoas entrevistadas era empregada de fazendeiros antes de sua vinda para a cidade e recebia a metade ou o terço da produção como recompensa por seus esforços. Das 39 famílias entrevistadas – somando cerca de 117 pessoas –, apenas cinco entrevistados mencionam a experiência de terem sido sítiantes ou donos da terra e, mesmo assim, por um período curto.

de deslocamento. Quando perguntei para as mulheres que representam o foco desta pesquisa por que elas resolveram vir especificamente para Morro dos Prazeres e Escondidinho, disseram-me que escolheram essas localidades pelas relações já estabelecidas: tinham parentes (primos, maridos, tios) que moravam nessas comunidades e que serviram como um ponto de apoio no processo de sua chegada. Além de parentes, também existia um núcleo de mineiros – João Miranda, Zé Mineiro e Pedro Ribeiro, todos homens oriundos de Ubaporanga¹⁷ – que foram “os primeiros a chegar” e acolhiam os recém-chegados. Muitas dessas mulheres chegaram junto com seus maridos ou outros familiares; outras vieram sozinhas e casaram no Rio de Janeiro, construindo “sua família” em Morro dos Prazeres e Escondidinho.

As idas e voltas entre a roça e a cidade se perpetuam no tempo, estreitando essa trama de relações. Um elemento desse trânsito entre a área urbana e seus lugares de origem são os processos de levar e trazer alimentos e comidas, que engendra uma gama de relações entrelaçadas. Sendo o alimento bastante elucidativo da mobilidade que caracteriza esse processo de idas e voltas, a evolução das representações sociais em torno das comidas e dos alimentos ocupa um lugar de destaque nas trajetórias individuais e coletivas das mulheres entrevistadas, a maior parte das quais são oriundas da Região Leste de Minas Gerais, como dito anteriormente. O alimento se torna um canal

17 No trabalho de campo, foi possível constatar que a maior parte dos(as) mineiros(as) que moram no Morro dos Prazeres e Escondidinho vieram de Ubaporanga, que é um município da Região Leste de Minas Gerais, próximo a Caratinga.

de intermediação entre os dois universos, uma forma de recuperar parte do que representa o lugar de origem. Por exemplo, quando as mulheres que se deslocaram para Morro dos Prazeres e Escondidinho visitam seus lugares de origem, priorizam alguns alimentos específicos para trazer, como se fossem embleáticos das trajetórias traçadas e histórias vividas.

O trânsito não se refere apenas a um deslocamento entre dois pontos, representados emblematicamente por minhas interlocutoras como a “roça” (na área rural de Minas Gerais) e a “cidade” (em Morro dos Prazeres e Escondidinho, no Rio de Janeiro), mas envolve também o movimento incessante de “ir e vir” na reconstrução de memórias que transgridam as bases dessa suposta polaridade e proporcionem a criação de novos registros. Tomo como referencial a visão sobre memória apresentada por Lambek (1996), como um processo intersubjetivo e dialógico, envolvendo um processo de engajamento contínuo com o ato de lembrar. Nas trajetórias dessas mulheres que vieram de comunidades rurais em Minas Gerais para o espaço urbano, a memória engendra as relações costuradas com as pessoas, objetos e coisas que se agregam num universo de aqui e agora – no contexto da cidade – mas que ao mesmo tempo remetem ao que foi vivido – em seus lugares de origem, que são chamados por elas de roça. O que se nota é que as estruturas de significação, baseadas nos referenciais de um passado vivido no contexto da roça, regem a atualização de relações, vivências e discursos no momento presente, dentro dos contornos do ambiente urbano. São dois contrapontos que conjuntamente integram o tecido das experiências e que suscitam um amplo repertório de emoções.

Traçar trajetórias marcadas pelo trânsito – nas quais os protagonistas não se posicionam nem “aqui” nem “lá” – suscita novas formas de subjetivação. Sayad (1998, p. 11), nos seus estudos sobre a migração argelina para a França, chama esse lugar existencial ocupado pelos migrantes de “a fronteira entre o ser e o não-ser social”. Para o autor, o imigrante é “sem lugar, deslocado, inclassificável” (Sayad, 1998, p. 11). Os processos identitários das mulheres focadas nesta pesquisa são marcados por esse estado de alteridade, dada a dupla identificação com dois espaços geográficos – “aqui” e “lá” –, o que implica uma “dupla consciência” em relação ao lugar¹⁸. Residem no espaço existencial entre aqui e lá, pois suas trajetórias exprimem a incessante movimentação entre esses dois polos. São dois tempos distintos, duas vivências diferentes – que se interligam na teia de lembranças. Portanto, é nesse estado de alteridade que distintas modalidades de sentir, expressas nos atos e nas condutas, são reveladas.

O recorte empírico e analítico da pesquisa etnográfica

Considero fundamental afirmar que meu caminho metodológico, do ponto de vista etnográfico, representou uma opção por ouvir as histórias de vida, que incluem pontos de partida e pon-

18 Johnson (2007, p. 178), no seu estudo sobre o foco espacial da prática religiosa garifuna, observa que as pessoas que vivem um processo de diáspora cultivam uma “dupla consciência em relação ao lugar nas suas experiências”. Nota que as garifunas, enquanto grupo étnico, sentem a distância entre aqui e lá, mas não enxergam essa fissura como uma deficiência. “Valorizam a fissura como um recurso ou marco de distinção, e se esforçam para cultivá-la”.

tos de chegada, mas não constituem uma evolução linear. Encarava trajetória como algo circular – repleto de “idas e voltas” – e não como uma sequência de acontecimentos sucessivos. Nesse sentido, minha intenção sempre era ressaltar o dinamismo dos fluxos que perpassa as histórias contadas e caracteriza o eixo central de minha análise.

Minha porta de entrada nesta pesquisa foram suas narrativas, compartilhadas comigo através de uma variedade de interlocuções. Além das palavras ditas, os silêncios e as pausas que faziam parte de suas narrativas, por meio das quais fragmentos de histórias de vida foram desvelados, também testemunhavam suas interações com diversos atores sociais dentro dos vários espaços pelos quais elas transitam. Destaco que fiz questão de efetivar deslocamentos por múltiplos lugares: não apenas frequentei o ambiente doméstico, por exemplo, mas também passava pelos ambientes que proporcionam a convivência com outros atores sociais, como a igreja e as casas ou quintais dos(as) vizinhos(as), onde aconteciam as trocas de mudas e sementes, além do “mato” no Parque Nacional da Tijuca, bem próximo das fronteiras do Morro dos Prazeres, que foi um destino frequente das atividades extrativistas efetivadas por muitas delas.

Os processos vividos por elas, que, nas suas palavras, são nomeados de “lutas” e “caminhadas”, revelam continuidades e descontinuidades com um passado vivido. Por conseguinte, há demarcações no tempo, entre antes e depois, que transparecem na maior parte das histórias contadas. O que sobressai como elemento chave dessas narrativas é sua natureza mutável: os percursos se consolidam enquanto trajetórias de mudança e

deixam rastros de descontinuidades, fissuras, permanências e ressignificações. Posto isto, o elemento narrativo, que confere organicidade às histórias contadas, relaciona-se com a noção de tempo: recortes são feitos em torno de processos vividos, que são entrecruzados por temporalidades distintas.

O próprio ato de contar, à luz do momento atual, experiências vividas, permite a revisão dessas descontinuidades e permanências. Ao longo do trabalho de campo, notei que, cada vez que elas contavam suas histórias, parecia que estavam revivendo determinados cenários, o que proporcionou uma reflexão sobre a singularidade dos pontos centrais contidos nas suas narrativas.

Nesse sentido, considero pertinente a noção da memória exposta por Halbwachs (2006). Em seu trabalho, o autor se esquia do arcabouço padronizado da memória como acervo de imagens cristalizadas no passado, e a postula como sendo um processo dinâmico de reconstrução narrativa. Percebi nitidamente com minhas interlocutoras que o próprio ato de contar envolve um processo de ressignificação das situações vividas, havendo assim a reatualização de suas sensações, percepções e emoções a partir de uma nova ótica. Esse processo de ressignificação das lembranças à luz do momento vivido revela que “os atos permanecem sempre contestáveis e seu significado pode ser reescrito”. (Barth, 2000, p. 176). De algum modo, eu tive o privilégio de ser testemunha e cogestora (em alguns momentos) desse processo dinâmico, já que o método etnográfico que mais frequentemente acionava era a contação de histórias, balizada por recortes temporais.

No total, convivi com mais ou menos dez mulheres, todas as quais se tornaram minhas entrevistadas. Destaco uma dessas mulheres, que se tornou minha informante-chave: Dona Rosa. Dentro do movimento que caracterizava minhas investigações, a partir da figura central de Dona Rosa, era possível constatar que uma grande porcentagem de entrevistadas, assim como ela, veio das comunidades rurais no município de Ubaporanga. O exercício de questionar os pertencimentos familiares e locais não era apenas uma iniciativa empreendida por mim, na função de pesquisadora, que considerava tal informação pertinente para o esboço de minha investigação etnográfica. Também era importante para minhas interlocutoras, que estreitavam laços a partir da verificação de confluências de origem. Como afirma Comerford (2006, p. 4): “Incluir cada indivíduo em alguma família e buscar sua origem em algum lugar, evidencia o quanto isso é crucial no quadro de referências de navegação social desse universo”.

Em diversos momentos, Dona Rosa testemunhava que ficava surpresa ao encontrar tantos pontos comuns nas histórias contadas, potencializados em grande parte pelos encontros que o processo da pesquisa proporcionava. Por várias vezes, ao longo da pesquisa, ela ficou surpresa ao descobrir que alguém era parente de um conhecido lá “da roça” ou que ela tinha conhecido a família de tal pessoa num período de trabalho no roçado de uma das fazendas, quarenta anos antes. Ao acompanhá-la em suas idas para o “mato”, nas missas na Igreja e nas visitas aos quintais onde ocorria a troca de mudas e sementes, conferia no cerne desses encontros a costura de histórias individuais e cole-

tivas, que serviam como “mediadores” da sedimentação das ligações sociais a partir do processo interativo. Assim, a pesquisa foi conduzida de tal forma que ela, em si, deixava brotar a criação e o fortalecimento de laços. Esse fato alerta para o desencadeamento do próprio movimento rizomático¹⁹ que o processo da pesquisa possa favorecer.

A decisão de focalizar as transformações nas práticas alimentares e agrícolas encontrava eco nos subsídios que surgiram no trabalho de campo, a partir do exercício etnográfico. Isto é, nas histórias contadas, o alimento aparecia nas falas com bastante ênfase, muitas vezes sem nenhum tipo de direcionamento na condução das perguntas feitas. A partir das referências feitas a cada tipo de alimento, comidas e plantas, o que ficou perceptível era a centralidade desses elementos na fala sobre o processo de deslocamento e inserção no meio urbano²⁰.

Inegavelmente, o processo de renovação das práticas alimen-

19 Rizoma é um modelo epistemológico na teoria filosófica de Gilles Deleuze e Félix Guattari. O conceito de rizoma representa um contraponto aos sistemas centrados e focaliza as multiplicidades, os movimentos, os devires. Segundo os autores: “O rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. São os decalques que é preciso referir aos mapas e não o inverso.” (Guattari; Deleuze, 2004, p. 32-33).

20 Frequentemente, as mineiras entrevistadas falavam de sua saudade das “comidas mineiras”, de sua terra natal e de sua estranheza com o que se constitui “a comida carioca”. Nas conversas que tive com elas, falavam ainda do trânsito alimentar – o esforço para trazer alimentos, plantas e mudas da roça para a cidade, de sua paixão pela plantação, de seus vários experimentos agrícolas e de sua busca incessante por plantas, alimentos e mudas nos quintais dos vizinhos e nas áreas verdes que rodeiam a comunidade urbana.

tares e agrícolas, no qual elas se engajam de forma bastante intensa, não é conduzido de forma solitária: envolve a costura de uma rede de relações entre a vizinhança da área urbana e os parentes que ficaram na área rural. Também implica a reconstrução de modos de se relacionar com os membros masculinos das famílias e dos círculos comunitários, sejam maridos, filhos ou lideranças locais – processos por meio dos quais tensões são trazidas à baila, diálogos são travados, concessões são costuradas e aliados são conquistados.

Ressalto que esta etnografia foi realizada à luz das gramáticas de gênero²¹, compreendendo que ser mulher é uma condição que implica lidar com um conjunto de interpolações. Nos diversos espaços pelos quais transitam, as mulheres foco desta pesquisa se reposicionam o tempo inteiro perante os outros nos âmbitos familiares e comunitários, como com maridos, vizinhos(as), lideranças comunitárias e chefes de tráfico. Também exploram com bastante destreza as margens possíveis de negociação de suas formas de atuação nos espaços pelos quais transitam, todos permeados por relações de poder.

21 Adoto aqui a conceituação da historiadora Joan Scott, segundo a qual o gênero não é apenas um conceito descritivo: é um conceito histórico, que deve ser empregado para finalidades analíticas. Ela define gênero como uma das bases das relações de poder – assim como a raça e a classe – e mostra que “essas relações se estruturam por meio de símbolos e representações culturais; de normas e doutrinas; por meio de instituições e organizações sociais; assim como de identidades subjetivas, sendo estas esferas relativamente independentes umas das outras” (Scott, 1995, p. 18). O movimento feminista tem incorporado a categoria gênero como unidade de análise para repensar a estruturação da sociedade por meio das relações entre os sexos (Cappellin, 1990).

As práticas alimentares e agrícolas: a reestruturação de significados e a reconfiguração de relações sociais

Plantar é uma forma de lembrar do passado.

Dona Rosa

A fala na epígrafe é bastante elucidativa da força do passado no momento presente. Ela revela as práticas agrícolas como um dos modos de dar continuidade às experiências vivenciadas anteriormente como agricultoras e trazer alguns fragmentos do universo da “roça” para o ambiente da cidade. Isto é, não representa um mero legado que se deixa “lá”, como resquício de um passado alheio aos processos de deslocamento. Assim, a abordagem que adoto em relação às práticas agrícolas e alimentares neste estudo não se restringe a uma mera repetição das tradições e hábitos enquanto modelos estáticos e pré-estabelecidos que transcendem as barreiras geográficas e temporais. Parto do pressuposto de que os aprendizados aliados ao processo produtivo na área rural são reatualizados, flexibilizados e reconfigurados para novas condições sociais.

Nas comunidades de Morro dos Prazeres e Escondidinho, percebe-se uma proliferação de invenções, a maior parte protagonizadas pelas mulheres, em espaços domésticos e públi-

cos²² ou de “uso comum”, que vai além de meras adaptações de práticas agrícolas e alimentares empregadas no passado para um novo contexto, repleto de condições diferenciadas, próprias do ambiente urbano. Transparecem diversas formas de se apropriar dos diversos espaços que compõem a territorialidade urbana e de criar um circuito social de trocas em torno dos seus recursos naturais.

O anseio de plantar “sua pequena rocinha” mesmo em locais muito restritos – como terraços em frente da casa – expresso pelas mulheres entrevistadas é uma manifestação da sua preocupação com a propagação das práticas agrícolas na cidade para conseguir um maior acesso aos alimentos que conheciam no contexto da roça, no intuito de preservar determinadas tradições alimentares. Nesse contexto, explicita-se uma representação do que elas consideram ser “a comida da roça” enquanto uma “comida pura”, sem contaminações, que vem dos seus espaços de plantação (quintais, terraços, lotes vagos).

Alguns significados associados a essas classificações nativas – “comida da roça”, em contraste com a “comida da cidade” – devem ser ressaltados aqui. Uma característica que é associada

22 São considerados espaços “públicos” aquelas áreas que são consideradas meio abandonadas dentro dessas duas comunidades, tais como uma área que ficou vazia depois das obras do Programa Favela Bairro, quando muitas famílias foram deslocadas e suas casas foram desmanchadas para viabilizar a construção do viaduto em cima da Rua Gomes Lopes. Em alguns desses terrenos, várias famílias se juntaram para plantar, criando hortas. Em todos os casos, as mulheres relatam que o uso dessas áreas teve que ser validado por autoridades locais, constituídas pelo “Comando” de traficantes e a direção da Associação Comunitária do Morro dos Prazeres.

à “comida da roça” como um traço constituinte do próprio alimento, por exemplo, é a noção da “força”. Segundo Dona Lúcia, que trabalhava como empregada das fazendas e participava diretamente do processo produtivo, a força dos alimentos que compunham sua dieta na roça se deriva do nível de empenho, no sentido do esforço físico. É como se a exigência do processo produtivo implicasse em uma maior consistência dos alimentos consumidos. “Colher na época” e “não ter química nem nada” também constituem sinais da maior consistência da comida da roça. “Comer bem” significa ter “comida forte” e “ser fresquinho” – o que também representa um escudo contra as doenças e promove “mais saúde”. Logo, a salubridade está associada com a ingestão de “comida forte”.

No outro polo dessa cadeia de significações residem os alimentos consumidos na cidade, que se destacam por não serem visivelmente conectados com o esforço físico da atividade agrícola e por possuírem “químicas”, agrotóxicos e uma série de outros aditivos, que extraem as vitaminas, empobrecem o alimento e trazem doenças. Mesmo sem utilizar o termo “fraco”, opera-se uma oposição nesta fala. Ou seja, a “comida da cidade” passa a significar negação – relativa ou absoluta – das características da “comida da roça”. Isto é, na opinião delas, há uma perda significativa de sua força, seu frescor, sua vitalidade²³.

23 Embora, no contexto deste estudo, minhas interlocutoras reforcem a associação entre “comida fraca” e a “cidade”, é importante lembrar que, de modo geral, as famílias e grupos comunitários nas áreas urbanas e periurbanas do Brasil vêm se dedicando à produção de comida que pode ser classificada como “forte” (dentro desse esquema classificatório) há muitos anos. Pesquisadores(as) e técnicos(as) de organizações não governamentais (ONGs) vêm mostrando nos seus estudos que a

Nas falas e atos das mulheres que habitam Morro dos Prazeres e Escondidinho, evidencia-se um esforço consciente para combater o predomínio da comida considerada “comida da cidade” e recuperar os alimentos “puros” da “comida da roça” via práticas agrícolas, como veremos a seguir. De algum modo, os experimentos de plantação que elas desenvolvem nos quintais e nas outras áreas consideradas de “uso comum” (lotes vagos, áreas abandonadas) representam uma forma de transmutar esse sistema de significados, mostrando que a “comida forte” não apenas remete à “roça” – seu lugar de origem –, mas também se faz presente no espaço urbano.

A “rocinha” no meio urbano – iniciativas de plantio no espaço doméstico

Para Dona Rosa, que afirma que “plantar é uma forma de lembrar o passado”, retomar a atividade agrícola no meio urbano se tornou uma válvula de escape para finalidades de relaxamento, distração e lazer:

Agora estou voltando a plantar. Deu aquela coragem. Fátima, minha filha, fala: “Mãe, você tem a cabeça quente, mexendo com tanta planta. Eu falo... “Oi, as plantas são vivas, né?” A gente conversa com elas... A gente distrai muito. Olhando para as plantas, até o aborrecimento acaba. A gente sente

“agricultura urbana” tem contribuído para a transformação das vidas das pessoas da área urbana de diversas formas, especialmente no que diz respeito à promoção de práticas alimentares saudáveis e sustentáveis, as quais tem tido impactos perceptíveis sobre o estado de saúde destas populações.

que tem vida. Ela acha que poderia estar passeando, me distraíndo. Falo que prefiro ficar plantando que passear. (Rosa)

Nunca fui de ensinar muito para minhas filhas, mas elas viram com que era. Dava muito couve. Falam que é bobagem porque pode comprar couve – é tão barato. Aí, eu falo assim: “É barato, mas eu posso até evitar comprar e vou conviver com ela – o que é tão bom... me alegra muito”. (Rosa)

Nesses dois depoimentos, transparece uma relação de intimidade que se cultiva com as plantas e que é costurada a partir da própria conversa. Há uma satisfação enorme derivada da prosa que aos poucos vai sendo construída com esses seres vivos. Elas não apenas servem como fontes de alimentação, que visam suprir as necessidades básicas, mas também representam uma boa companhia – com as quais se possa nutrir a própria convivência.

O ato de plantar no meio urbano envolve alterações nas técnicas e recursos utilizados, uma vez que se faz uso de diversos recipientes, como garrafas PET, vasos sanitários sem uso e pneus velhos de formas inusitadas. Também, constata-se novas formas de aproveitar os espaços do âmbito doméstico. Espaços que anteriormente não eram visualizados como possíveis lugares para plantio assumem essa função, como é o caso da laje ou do terraço. Esse processo de reconfiguração dos espaços no âmbito doméstico implica uma resignificação de suas funções e, conseqüentemente, acarreta transformações na cartografia das relações familiares, como veremos a seguir.

Na sua própria narrativa, Dona Rosa afirma que o desafio de

plantar no espaço doméstico – ora no terraço, ora no quintal, ora nos arredores da casa –, reaproveitando potes e recipientes, é encarado principalmente pelas mulheres, uma vez que os homens tendem a duvidar da viabilidade desse tipo de iniciativa. Nas suas próprias palavras:

Na roça, nosso espaço era outro. Minha mãe sempre tomava conta do quintal e do pomar – mas era pouco espaço, comparando com o roçado. Claro que aqui temos menos espaço ainda para plantar! Aqui não tem roçado. Mas os homens continuam pensando que tem que plantar mais, num lugar mais amplo. Eles não acham que plantar em espaço pequeno vai dar em alguma coisa. Quando falava que ia plantar no terraço, meu marido sempre falava que estava sonhando alto demais, que não dava certo plantar em cima da casa – lá no alto – que estava doida. (Rosa)]

Segundo Dona Rosa, à medida que a plantação teve algum rendimento, ocorreu uma mudança no posicionamento do marido. Como ela explica, a opinião de Natalino era de que, em um “espaço pequeno”, não “daria em alguma coisa”. Apesar dos seus receios, ele colaborou com algumas tarefas, como a criação dos canteiros.

Quando a plantação em cima do terraço começou a render frutos, seu marido quis assumir a responsabilidade por ela diante dos amigos e vizinhos. Dona Rosa conta, de forma bem humorada, a tensão que se agravou entre os dois quando houve um reconhecimento público do sucesso da horta plantada:

Quando ele vê que a horta está bonita, ele chama os colegas dele e diz: “Olha o que plantei”. Observa os maracujás e fala

com orgulho: “Tem muito maracujá”. Aí eu falo “Maracujá que eu plantei”. Aí ele fala: “Canteiro que eu fiz”. Aí eu falo: “Se eu não plantasse, não tinha”. Aí ele fala: “Mas, se não tivesse feito canteiro, não teria maracujá”. Aí, ao final, eu disse assim: “Tá, quem fez o canteiro foi você... Mas quem buscou a terra foi [sic] nós dois. (Rosa)

Inegavelmente, o terraço ganhou um novo sentido através das práticas agrícolas. De algum modo, houve uma reconfiguração tanto dos espaços que compõem o âmbito doméstico quanto das dinâmicas familiares que se revelam no cerne das interações sociais.

Os fluxos de dar e receber e de pedir e oferecer – a construção de um circuito social

Há uma fluidez entre os gestos de dar e receber que marca as relações entre a vizinhança nas comunidades locais, tendo como vetor dessa mediação as plantas, mudas e sementes. O fato de que o plantio não representa um meio de sobrevivência, como seria no contexto da roça – isto é, “não se vive da plantação” – talvez seja um dos motivos que pudesse explicar por que essa dimensão da dádiva²⁴ aparece de forma tão intensa nas situações analisadas.

As múltiplas significações embutidas no ato de doação e as

24 A “dádiva” pode ser definida como o que é dado ou presenteado – uma oferta ou um donativo. Entende-se por dádiva tudo o que circula em nome do laço social. Dentro dessa lógica da dádiva, a retribuição não é vista como uma obrigação.

dimensões das relações forjadas a partir das modalidades de troca aparecem de forma explícita na narrativa de Ana Maria, que veio de Carangola (MG):

Muitas coisas que tem aqui minha mãe trouxe de Minas. Trouxe três tipos de cana, três tipos de banana, pé de limão, muda de couve, manga e semente de abóbora. E tudo saiu bem aqui... até morango. Aqui a terra é muito boa. Não sei como minha mãe conseguia morango – oi, que coisa linda! E ela falava assim: “Já que lá em Minas me deram todas essas plantas, não vamos guardar para nós – vamos dar para os outros”. Ela sempre estava dando. Ela foi embora mas eu continuei com as plantas. Não sei como as pessoas descobrem... Fazem fila para pedir. O tempo todo pedem. E as pessoas pedem porque eles plantam. Cada hora trazem alguma coisa – às vezes demora, mas depois vêm com alguma mudinha, alguma verdurinha do seu quintal – ou um pedaço de bolo. Com Sr. João por exemplo, como ele ama planta, está sempre trocando comigo. Quando colhe banana, ele me dá... Quando a gente colhe, a gente dá. Às vezes ele empresta uma ferramenta para mim – e eu depois mando para ele um montão de couve. Mas tudo isso por causa da planta. Porque ele gosta de planta e nós também gostamos de planta”. (Ana Maria)

Ao explicar como a mãe foi trazendo mudas e sementes da roça para fomentar sua plantação no meio urbano, Ana Maria mostra claramente de que forma uma ligação com as práticas agrícolas é cultivada entre as gerações, ultrapassando as fronteiras geográficas. De certo modo, há um conjunto de conhecimentos, práticas e vivências que são repassados da mãe, oriunda da roça, para a filha, que nasceu e cresceu no âmbito urbano. Essa transmissão transgeracional vai além das relações de parentesco; as outras relações sociais também são interme-

diadas pelas plantas – isto é, acontece “tudo isso por causa da planta”. A vizinhança se envolve nesse circuito intenso de trocas, baseado em um sistema de reciprocidade, pois “as pessoas pedem porque também plantam” e têm, portanto, condições de retribuir. Portanto, há critérios que determinam a aceitação dos pedidos – isto é, quem pede já participa desse jogo de dar e receber, oferecer e pedir.

Esse circuito social não abrange apenas as pessoas que “trocam”, “doam” e “recebem” mudas e sementes nas casas e quintais das comunidades, mas engloba a circulação desses insumos entre quem se deslocou para a cidade e quem ficou no lugar de origem. O oferecimento de sementes e mudas oriundas de um quintal urbano para parentes que residem “na roça” e o movimento inverso – o oferecimento dos mesmos por parte dos moradores da área rural para seus parentes na cidade – é uma das manifestações das idas e voltas que caracterizam a relação forjada entre dois espaços – rural e urbano. Seja em qual âmbito for, o alimento, a planta ou a semente trocada serve como uma via de intermediação das relações sociais.

Quando passei um período de trabalho de campo em Ubaporanga, o lugar de origem de muitos(as) mineiros(as) enraizados(as) em Morro dos Prazeres, notei que a troca de mudas e sementes era um dos assuntos principais nas conversas. Em uma ocasião, Dona Rosa perguntou para seu padrinho de casamento se tinha recebido as sementes de mamão, oriundas de sua plantação em cima do terraço, trazidas por Marlene, sua irmã. Na hora de ir embora, Dona Rosa levou várias mudas, encontradas no quintal de Marlene, além de diversos alimentos

doados por vizinhos e familiares, como banana, grãos de café e feijão colhido.

Inúmeras vezes, nas minhas andanças com Dona Rosa, observei ela pedindo mudas de couve ou taioba quando eram encontradas nos quintais dos mineiros visitados. Quando Dona Rosa ficou sabendo que Dona Ana já tinha ido embora devido à remoção forçada por morar próximo ao lugar onde ocorreu o deslizamento das terras durante as chuvas intensas de abril de 2010²⁵, ela expressou tristeza. Ela queria ter buscado algumas mudas no seu quintal antes de sua saída – especialmente “obobro”²⁶, uma espécie cada vez mais difícil de encontrar nos arredores do Morro dos Prazeres. Dona Rosa também contou que plantou uma muda de manjerição no terraço e que ela finalmente estava se firmando, de tal forma que “já dava para fazer outras mudas”. Ela oferecia as mudas a algumas vizinhas durante as visitas realizadas: “já estou com sete mudas de manjerição lá em casa – todas bem bonitas”.

Dona Rosa também tem o costume de realizar caminhadas semanais para o Parque da Tijuca, distante cerca de cinco quilômetros de sua residência, com sua vizinha sergipana Dona Arlete, com o intuito de colher plantas nativas, como capiçoba, obo-

25 Em abril de 2010, chuvas intensas provocaram o desabamento de casas e causaram 21 mortes em Morro dos Prazeres. A intervenção estatal no período pós-crise era pautada numa estratégia de remoção das famílias mais expostas a situações de risco por estarem localizadas próximas ao local do deslizamento.

26 Obobró é o nome usado pelos mineiros entrevistados para a planta amplamente conhecida como “orapronóbis”. É uma planta nativa bastante valorizada na culinária.

bró e taioba, e frutas (jaca, abacate, banana, manga verde), que dificilmente podem ser encontradas nos quintais e lotes vagos. Em diversas ocasiões, testemunhei um acontecimento bastante comum depois do retorno da Dona Rosa e da Dona Arlete das caminhadas: a partilha entre os vizinhos ao nível local das mudas, sementes e alimentos coletados no mato.

Práticas de extrativismo: as plantas encontradas “no caminho” dentro da comunidade local e “no mato”

O mapeamento coletivo das espécies como uma prática de sociabilidade

O circuito social de trocas mencionado acima implica também o intercâmbio de informações. O compartilhamento de referências em relação aos pontos de coleta de determinadas plantas vai configurando uma espécie de mapa, que serve para orientar a navegação pelos espaços na comunidade e pelos seus arredores.

No diálogo entre Dona Rosa e Dona Palmira, ambas oriundas de Ubaporanga, transparecem as formas de sociabilidade cultivadas mediante a troca de informações:

R: Onde achou o obobró? Meu marido já me disse que tem muito perto do Casarão, mas não estou achando. Obobró nasce quando chove... e está muito seco – deve ser por isso que não encontro.

P: Achei lá atrás do Casarão – lá também tem muita taioba e serralha. Mas faz tempo que peguei estas mudas. Não sei

se ainda tem.

R: Vou lá ver. Na quarta, fui lá em cima, perto do Cristo – tinha quase nada – Não tem mais chuchu, banana, jaca e café. Tudo está se acabando. Mas achei muita capiçoba – ao lado da trilha do trem... Você tinha que ver! Foi de repente – quando olhei ao lado, vi um montão de capiçoba! Esta semana estamos somente comendo capiçoba – no almoço, na janta. Natalino adora.

P: Está mais difícil achar capiçoba aqui. Talvez vá lá – antes ia lá por lado dos bombeiros... achava muito. Eu adoro aquela folha – aquele gosto – sinto falta.

Informações valiosas são trocadas sobre as características marcantes das plantas – “obobró nasce quando chove” – e sobre as localidades onde se encontram determinadas espécies – “atrás do Casarão”, “perto do Cristo” ou “ao lado dos bombeiros”. Nota-se que nesse caso, mesmo que as informações sobre a localização das plantas sejam socializadas, a procura das plantas alimentícias é realizada de forma individualizada.

Em outros casos, como veremos a seguir, a procura das espécies constitui uma ação coletiva. Passar pelos becos de Morro dos Prazeres na companhia de mineiras – todas mulheres, muitas delas conterrâneas –, como frequentemente fazia depois das missas²⁷ aos domingos, era sempre um momento privilegiado para observar o fluxo de informações trocadas sobre as plantas encontradas no caminho. Nesses momentos, havia um

27 Durante o trabalho de campo, a missa se tornou um ponto de encontro com meus/minhas entrevistados(as). Segundo Dona Rosa, as missas e outras atividades realizadas na igreja (como novenas) representam momentos privilegiados para encontrar outras pessoas de Minas Gerais. Ela estima que a maior parte dos frequentadores da Igreja Católica seja oriunda de Minas Gerais.

compartilhamento de estratégias de uso de determinados recursos naturais ou de recordação das receitas empregadas nos tempos vividos na roça, envolvendo alguns tipos de alimentos encontrados ao longo do caminho.

Numa dessas caminhadas, lembro-me de Dona Irene compartilhando com Dona Conceição como a “folha de batata doce” era deliciosa em sopas e como a “folha de chuchu” servia para baixar pressão alta. Ambas eram plantas colhidas na beira dos becos trilhados.

Em suma, todas essas trocas – tanto de objetos (sementes, plantas e alimentos) quanto de informações sobre seus múltiplos usos – intensificam não apenas o espírito de experimentação que caracteriza as práticas de plantio e colheita, mas também os processos de sociabilidade, geradores de vínculos sociais.

“Este mato não é de ninguém”

Os processos de ocupação e uso dos territórios urbanos apontam para uma linha tênue entre “o que é meu”, “o que é nosso” e “o que não é de ninguém”. Há o exemplo da Dona Rosa e Dona Arlete, sua vizinha sergipana, que, de longa data, fazem idas semanais à mata no Parque da Tijuca.

Elas relatam que, várias vezes, foram questionadas e detidas pelas guardas que vigiam a área. Segundo Dona Rosa e Dona Arlete, o controle sobre os recursos naturais contidos nessas

áreas não é uma ação justificável, justamente porque “este mato não é de ninguém”. No seguinte trecho de depoimento, Dona Rosa conta um incidente no qual teve que enfrentar estas autoridades locais:

Uma guarda chegou um dia e falou: “Vocês vão deixar isso tudo aí. Sabia que esta é a comida dos bichos, dos macacos?” A gente tinha um sacolão cheio de mamão, chuchu, jaca, banana. Pensamos: “Os bichos iam comer o quê? Iam comer chuchu?” Nós falamos assim: “Não, mas tem muita coisa aqui, dá para gente também”. Aí ele nos disse: “É bom vocês não responder não, porque eu posso prender vocês, sabia?” Aparecida ainda enfrentou ele: “Você está com a geladeira cheia... Por isso, está implicando com a gente. Você não sabe como que a gente vive”. Parece que ele se comoveu – nos deixou ir, mas ficamos pensando depois – este mato não é de ninguém. Eles fingem que dominam aquilo ali – mas não são donos de nada. O Estado nem sabe que existe isso aqui. Então, tudo que a gente vai fazer, tem que dar satisfação... É um abuso. As pessoas têm que dividir com eles... Mas não têm que pedir obediência deles não. Poderiam deixar, porque, às vezes, se perde o que tem. Mas não – não usam e não deixam tirar. (Rosa)

Para Dona Rosa, o fato de “não ser de ninguém” é uma característica marcante de territórios supostamente livres, como o mato, e opera como uma licença que lhes concede acesso livre aos recursos naturais. Descaracterizaria o mato se, de repente, passasse a ter “dono”. Ela ainda faz a seguinte afirmação: “Acho bonito vir para mato. Mas nunca quis ser dona disso aqui.”

Esse pensamento em relação à elasticidade inerente aos territórios acessados é expresso por Dona Rosa num diálogo com

Marlene, sua irmã, durante minha estadia em Ubaporanga:

M: Na Bíblia, fala que a terra não era nem para vender. Era para tudo mundo ter posse..

R: Na minha lei, deveria ser assim. Não deveria nem medir.

M: Penso que deveria ser dividido de acordo com o tamanho da família. Me parece justo.

R: Penso agora que nossa terra está lá em cima. Nosso pedaço está guardado lá no céu.

Esta concepção de Dona Rosa em relação aos espaços acessados – de que o mato é um espaço livre, não possui limites e “não tem dono” – é o que nutre suas idas sistemáticas para colher plantas alimentícias de diversos tipos. Conta que, mesmo tendo que lidar com essas resistências das autoridades locais, ela e Dona Arlete nunca desistiram da atividade. As idas para o mato sempre foram bastante frequentes, e os momentos destacados no seu discurso se referem não apenas à procura e colheita das plantas, mas também ao processo de preparo – fabricação de doces e refeições – e à socialização de alguns alimentos coletados com vizinhos locais depois de retornar das caminhadas. Essa ação se desdobra em várias fases, que se imbuem de sentidos distintos e envolvem diversos atores sociais.

Conclusões finais

Em um estudo etnográfico como este, focado nas trajetórias flutuantes das mulheres que vieram das áreas rurais de Minas

Gerais para habitar a cidade do Rio de Janeiro, é preciso problematizar algumas concepções sobre a construção da identidade social que nos remete à “fixação” no espaço e no tempo. Muitas vezes, os processos identitários são visualizados como o ápice de uma evolução linear, traçada no tempo e no espaço; logo, diversas abordagens sociológicas e antropológicas tendem a focalizar a identidade como algo que se fortalece a partir do enraizamento num espaço localizado, como se representasse o ponto final de um caminho trilhado. Neste caso, como vimos ao longo do artigo, não há a possibilidade de encaixar tal fluidez nos moldes de uma identidade fixa e cristalizada.

As mulheres que representam o foco deste estudo se fortalecem como sujeitos imersos em uma rede de relações mediante os fluxos que marcam seu percurso pelos espaços rural e urbano e pelas diferentes dimensões de sua relação com a temporalidade. São essas idas e voltas no tempo que revelam o papel dinâmico exercido pela memória na sua interação com as gramáticas emocionais. Logo, não é um lugar fixo que determina a sedimentação dos processos identitários. As mulheres que protagonizam as inovações no campo das práticas agrícolas e alimentares e que se identificam como “mineiras” nas terras cariocas se enraízam nesse estágio de ambiguidade, no meio desses deslocamentos.

Lembranças de uma vivência enraizada na área rural se expressam e ganham novos significados no tecido heterogêneo e híbrido do espaço urbano, sedimentadas no caráter multívoco das interações sociais. Pontos de interseção entre o passado e o presente são canalizados de diversas formas e se expressam

mediante várias configurações. Essas lembranças podem ser visualizadas no circuito de trocas de plantas, sementes, mudas e alimentos – que, além de constituir estratégias para preservar tradições e conhecimentos adquiridos “naqueles tempos”, também são catalisadores do estreitamento de vínculos sociais. Podem ser avistadas nas iniciativas de plantio que se materializam em diversos cantos dos âmbitos domésticos e públicos, mediante a junção de vários materiais e recursos – manifestações de um desejo e impulso de plantar que “não morre” e faz com que “a roça parece estar dentro da gente”. Finalmente, transparecem nas idas para o mato no Parque da Tijuca – nomeado pelos nativos como “a terra de ninguém” – para vivenciar o prazer de transitar por áreas livres e afastadas na procura de plantas e alimentos que na volta serão repartidos entre os vizinhos. Em todos esses movimentos – manifestações concretas de um anseio de incorporar a “vida na roça” ao espaço urbano –, as mulheres agem como as principais protagonistas, incentivando a disseminação de práticas inovadoras de plantio e extrativismo nessas comunidades.

Essas mulheres, que vieram de Minas Gerais e se apegam à identidade “mineira”, zelam pela boa gestão da produção agrícola e pela preservação dos alimentos “puros” e “nativos”, o que implica apostar em princípios e valores que norteiam seu modo particular de produzir e se alimentar e que subsidiam suas interlocuções com outros atores sociais, sejam maridos, filhos ou autoridades locais. Nesse vasto campo de interpolações, as mulheres constroem novas relações com a territorialidade, revelando diferentes modos de se apropriar dos territórios urbanos,

na redefinição do que é “meu”, do que é “nosso” e do que é de “ninguém”.

Portanto, no centro das trajetórias flutuantes das mulheres que conduzem a renovação das vivências tidas na roça, testemunhamos a resiliência das práticas alimentares e agrícolas. São elas que fazem a costura entre tantos pontos encontrados nesses fluxos temporais e espaciais, concedendo uma sensação de continuidade para trajetórias que, à primeira vista, podem parecer fragmentadas e distanciadas de suas origens.

Referências

BARTH, F. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

CAPPELIN, P. G. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: SILVA, E. M. et al. Camuflagem e transparência: as mulheres no sindicalismo. São Paulo: CUT, 1990.

COELHO, M. C.; REZENDE, C. B. Antropologia das emoções. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

COMERFORD, J. Fazendo a luta: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

_____. Onde está a comunidade? Configurações sociomorais e redefinição dos limites do rural e do urbano. In: Anais da XXVI Reunião Brasileira de Antropologia, 2006. Mimeo.

_____. Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindi-

calismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, 2003.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.

DEMARTINI, Z. B. F.; TRUZZI, O. M. S. (Orgs.). Estudos migratórios: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

DUARTE, L. F.; DE CAMPOS GOMES, E. Três famílias. Identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FERGUSON, J. Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt. Berkeley: University of California Press, 1999.

_____. The country and the city on the Copperbelt. In: GUPTA, A.; FERGUSON, J. (Eds.). Culture, Power, Place: Explorations in Critical Anthropology. London: Duke University Press, 1997.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Questions of method. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Eds.). The Foucault Effect. Studies in Governmentality. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HALBWACHS, M. Les Cadres sociaux de la mémoire. Paris: Albin Michel, 1994.

_____. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/>. Acesso em: 03 dez. 2019.

JOHNSON, P.C. On leaving and joining africaness through religion: The 'bla-

ck Caribs' across multiple diasporic horizons. *Journal of Religion in Africa*, v. 37, n. 2, 2007.

LAMBEK, M. The past imperfect: Remembering as moral practice. In: ANTZE, P.; LAMBEK, M. *Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory*. London: Routledge, 1996.

LÉFEBVRE, H. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 1970.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MINTZ, S. W. *Tasting Food, Tasting Freedom*. Boston: Beacon Press Books, 1996.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, 2001.

PALMEIRA, M. A.; ALMEIDA, A. W. A invenção da migração. In: _____. Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste – Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977.

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. (Eds.). *A Systematic Source Book in Rural Sociology*. New York: Russell & Russell, 1965.

WEITZMAN, R. *Entre a roça e a cidade – um processo de invenção de práticas alimentares e agrícolas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

WOORTMANN, K. *Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1978.

As autoras



Aline Lima é psicóloga e educadora popular. É militante feminista e mãe do Pedro. Atua há 10 anos junto a movimentos sociais na luta por soberania alimentar e na luta pela terra e por territórios livres. Atualmente é esta coordenação do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul onde atua no programa de Mulheres, Economia e luta pelo comum.



Ana é mulher negra nascida na Baixada Fluminense, educadora popular, Agricultora urbana e culinária, encontra na Serra da Misericórdia, complexo da Penha, porto e morada da agroecologia urbana. Em solo tão marcado pela desigualdade social, Ana aposta na prática de cultivar alimentos saudáveis em confluência com a cultura e arte popular como maneira de resistir na cidade. Acredita no poder curativo das plantas e na produção de alimento saudável na cidade como direito humano fundamental.



Ana Luisa Queiroz é educadora popular, feminista, mestra em Antropologia e Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora com experiência no debate acerca de direitos humanos das mulheres, conflitos socioambientais, feminismos e agroecologia. Integra a equipe político pedagógico do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul desde 2018.



Bernardete Montesano, agricultura urbana, maneja uma agrofloresta, moradora do Rio da Prata de Campo Grande, na Cidade do Rio de Janeiro, faz parte da Rede Carioca de Agricultura

Urbana, é jornalista de profissão, conselheira no CONSEA Rio, no CMDR, no Mosaico Carioca e na AS-PTA....mas nessa vida os que dão sentido para essa existência são Caio, Hugo, Marina, Lucas, Fernanda, Jorge, e um jeito de amar, tendo esperanças, que aprendi sendo Vó de Isabela!



Camila Alvarenga é doutoranda em Economia Aplicada na Universidade Federal de Viçosa. Atua como colaboradora do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA/MG) no Projeto das Cadernetas Agroecológicas.



Emilia Jomalinis de Medeiros Silva: Ativista feminista e da agroecologia, integra o GT Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro; Educadora popular, Mestra em Geografia pela UFRJ e Doutoranda de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).



Inara do Nascimento Tavares, mulher indígena do povo Sateré Mawé, feminista da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB. Professora no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena - Universidade Federal de Roraima. Doutoranda em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ.



Liliam Telles - Engenheira florestal, mestra em Extensão Rural, compõe o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, é militante da Marcha Mundial das Mulheres.



Luana de Brito, Graduada de Ciências Sociais - UFSC, integrante da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras - (AMNB), integrante da Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - (REDESSAN), membro da Teia de Articulação pelo Fortalecimento da SAN - (TearSAN).



Rodica Weitzman, doutora em Antropologia Social (MN/UFRJ), com pós-doutorado pelo IPPUR/UFRJ em conflitos socioambientais. Pesquisadora e educadora popular, desde 1996 tem prestado assessoria a grupos de mulheres e comunidades rurais e urbanas no desenvolvimento de programas de formação e na gestão de projetos e políticas sociais., Atua atualmente como consultora autônoma junto a instituições internacionais e organizações sociais em diversos campos temáticos, tais como segurança alimentar e nutricional, gênero, agricultura familiar e agroecologia.



Sheyla Saori faz parte da SOF: Organização feminista que atua com mulheres urbanas e rurais na promoção de direitos, igualdade e autonomia. Atua no território do Vale do Ribeira desde 2014 e tem como perspectiva a auto-organização das mulheres; a efetivação de processos de resistência e articulação de um campo democrático-popular com discursos e ações contra-hegemônicas que incorporem o feminismo para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento.



Vanessa Schottz, é Nutricionista, Doutora em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ, Professora do curso de Nutrição da UFRJ Macaé, integra o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia e é pesquisadora associada do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional.



Realização

Apoio

instituto
PACS

**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**